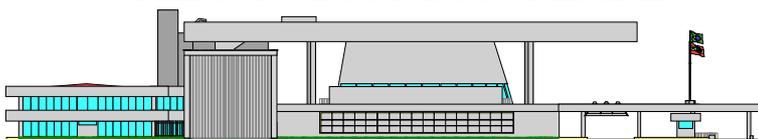


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 06 DE ABRIL DE 2011

NÚMERO 6.267

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Ada Faraco De Luca
Neodi Saretta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ada Faraco De Luca
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2267 EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 023ª Sessão Ordinária realizada em 31/03/2011 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 10</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria 11 Ata de Comissão Permanente.. 11 Despacho 11 Edital 11 Extratos 12 Ofícios 12 Projetos de Lei 15 Projeto de Lei Complementar... 19 Projetos de Resolução 19 Redações Finais 20 Resolução 20</p>
---	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Renato Hinnig - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

DEPUTADO MAURO DE NADAL (pela ordem) - Registra a presença da presidente do PMDB de Cunha Porã, Marlene Berger, do vereador Lauri Strauss, do assessor jurídico André Bernardi e de Mauro Dauernheimer.

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Informa que o governo federal anunciou a compra de arroz dos produtores catarinenses; comunica que a comissão de Agricultura promoverá audiência pública para discutir a situação dos fumicultores.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Refere-se aos eventos em prol da comunidade nipônica; elogia a decisão do governador de manter pública a área da penitenciária da capital e pede que seja

transformada em espaço de lazer; preocupa-se com a demora das obras no CIC.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Analisa as informações do secretário da Fazenda sobre a arrecadação do estado.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Cumprimenta o deputado Silvio Dreveck pelas informações relativas à secretaria da Fazenda.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Pede a suspensão da sessão para oitiva dos representantes do Conselho Regional de Nutrição.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença do vereador José Odorico Munhoz, de Campo Alegre.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Comunica decisão da Mesa Diretora sobre as solicitações de suspensão da sessão.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito de Blumenau e de amigos de Criciúma.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Anuncia a presença do vereador Almir José Arcontti, de Macieira.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Concorde com a suspensão da sessão após a Ordem do Dia.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra a presença da prefeita e de vereadores de Camboriú.

Partidos Políticos

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Mostra-se preocupado com a aprovação na comissão política do Senado do voto em lista fechada.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Aborda o voto em lista fechada; lamenta a morte de José Alencar; pede o restabelecimento da concessão pelo estado de remédios de uso contínuo.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Analisa o resultado do ano fiscal e financeiro, contábil e orçamentário do governo do estado em 2010.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do vereador Jucélio Girardi, de Joinville.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Comenta a premiação da Epagri como a empresa pública de assistência técnica e extensão rural que mais investiu nos últimos anos.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (aparte) - Solidariza-se com as homenagens à Epagri.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Lembra o golpe de 1964; aborda a passagem de grande número de militares para a reserva da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de SC.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Justifica a demora na entrega das obras do CIC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e

invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A deputada Luciane Carminatti solicita a suspensão da sessão por até cinco minutos para a instalação do Fórum Parlamentar das Rodovias.

Consulto os srs. líderes se podemos suspender a sessão.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, está suspensa a sessão por até cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

A sessão foi suspensa por cinco minutos para instalarmos o fórum parlamentar que irá acompanhar todo o processo de conservação, manutenção, ampliação e construção de rodovias no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero registrar a presença neste Parlamento da presidente do nosso partido em Cunha Porã, Marlene Berger, que foi chefe de gabinete quando fomos prefeito.

Registro também a presença do vereador Lauri Strauss, do PMDB, do assessor jurídico André Bernardi e do meu amigo Mauro Dauernheimer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, todas as pessoas que nos prestigiam com sua presença.

Quero registrar o anúncio do ministro da Agricultura, no dia de ontem, sobre a compra de arroz do estado de Santa Catarina, na perspectiva de amenizar o problema que vivemos com o baixo preço do produto.

Foi importante a compreensão e a agilidade do governo em encaminhar essa questão. A reivindicação chegou aos ministérios no sentido de colocar à disposição recursos para a compra do produto através da política de garantia de preços mínimos do governo federal.

Sempre fomos defensor da política de que o governo tem que intervir, sim, em problemas de comercialização, quando há superprodução ou quando se importa de outros países. Então, essa medida do governo federal vai, com certeza, trazer benefícios para Santa Catarina e para o sul do país, que é onde se produz a grande parte do arroz irrigado do Brasil.

Temos que louvar a iniciativa do ministério da Agricultura, do ministério do Desenvolvimento Agrário, no sentido de investir nesse setor da produção de alimentos, para garantir a continuidade de uma atividade que é importante para os agricultores e para os municípios.

A segunda informação que trago a todos os catarinenses refere-se à fumicultura, no tocante à comercialização do fumo. Acompanhei vários movimentos dos agricultores, várias mobilizações pelo estado afora, em todas as regiões de Santa Catarina, que foram às Câmaras de Vereadores, aos sindicatos e às organizações. E nós, ontem à noite, na comissão de Agricultura e Política Rural, aprovamos a realização de uma audiência pública para discutir esse problema.

Este Parlamento, com certeza, não tem condições de intervir no preço do produto, mas tem como articular o debate, saber o que está acontecendo, pressionar para que as partes - indústrias, representantes dos agricultores, sindicatos e federações - sentem-se para dialogar e achem um caminho, uma saída, porque é importante o diálogo!

Esta Casa se movimentou e debateu sobre as consultas públicas da Anvisa; estamos construindo com o governo e com a Anvisa uma saída, mas é preciso que a área comercial também sente para dialogar e achar um caminho. Não é possível que não haja diálogo, porque num país democrático as partes têm que dialogar e achar o melhor caminho.

Agora, há necessidade de achar uma solução porque os agricultores estão de fato muito revoltados com o problema, pois plantaram, produziram, cumpriram a sua parte e neste momento as indústrias não estão remunerando os agricultores pelo seu trabalho.

Então, esta Casa tem o compromisso de intermediar um diálogo, uma conversa, e aqui se faz isso através da realização de uma audiência pública. O que falta é a data, pois a Casa precisa resolver o pedido deste deputado, do deputado Jailson Lima e da Câmara de Vereadores, que também pediu a realização de uma audiência pública.

Por último, no tempo que me resta, quero dizer a todos os parlamentares, à sociedade catarinense, à imprensa, que logo após esta sessão estaremos relançando a Frente Parlamentar Santa Catarina nos Trilhos, que já existiu nesta Casa durante a legislatura passada.

Este parlamentar acompanhou todo o trabalho da frente presidida pelo grande companheiro Pedro Uczai e agora está propondo a reinstalação dessa frente, pois não é possível o desenvolvimento do nosso estado sem ferrovias.

O importante é que a presidenta Dilma Rousseff está convicta de que o Brasil precisa urgentemente retomar o debate sobre a construção de ferrovias. E Santa Catarina, um estado que produz muito, que tem base forte no setor produtivo de diversas áreas, precisa pensar necessariamente nessa perspectiva.

Por essa razão, esta Casa terá que fazer permanentemente esse debate e envolver-se no tema, já que temos vários projetos de ferrovias, como a leste/oeste, a chamada Ferrovia do Frango, cujo projeto técnico está sendo licitado.

Está em construção a Ferrosul, aprovada na Assembleia, que vai cuidar das ferrovias que vão cortar o nosso estado, como a norte/sul, que deve passar pelo oeste catarinense. Será retomada a discussão sobre as ferrovias que estão paradas. O Brasil tinha quase 30 mil quilômetros de ferrovias nos anos 70, hoje tem funcionando 30% disso e o restante está parado, o que é um absurdo.

Enquanto em outros países a metade do transporte é ferroviário, no Brasil esse percentual não chega a 20%. E está aí o resultado que todos estamos vendo nas nossas rodovias, são acidentes, são problemas ambientais e o custo que isso tudo gera.

Assim sendo, queremos retomar o trabalho da frente parlamentar, juntamente com a comissão de Transportes desta Casa. Queremos discutir semanalmente esse tema neste Poder, sempre articulados com a frente parlamentar federal. Queremos discutir os grandes temas que dizem respeito à ferrovia que corta o oeste em direção ao Rio Grande do Sul, que está parada, que não está funcionando; à ferrovia do meio-oeste, que liga Porto União, Caçador, Joaçaba e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul.

Então, esse é um tema que temos que debater, que temos que acompanhar, a fim de pressionar para que recursos sejam liberados e tenhamos, quem sabe, num futuro próximo, a ferrovia bioceânica, ligando o litoral de Santa Catarina ao Chile.

Assim sendo, atuaremos nessa perspectiva e convidamos todas as bancadas para, às 10h, fazermos o relançamento, na sala de imprensa, dessa frente parlamentar que, com certeza, vai ter um grande papel em relação ao desenvolvimento futuro do nosso estado e do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISAO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

Antes, porém, quero anunciar a presença do prefeito de Iomerê, Antoninho Baldissera, que vem a esta capital em busca de soluções para problemas daquele município, deputado Sílvio Dreveck, com quem mantemos uma coligação branca, de apoio ao governo pelo seu bom desenvolvimento.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de mencionar que vivi um grande momento de enlevo, ontem à noite, no concerto em solidariedade ao povo japonês realizado no Teatro Álvaro de Carvalho, em Florianópolis, que ficou lotado. Foi um espetáculo belíssimo pela emoção que transmitiu, pela qualidade da música que apresentou, mas também pelo fato de demonstrar a imensa solidariedade do povo catarinense.

Gosto de lembrar que Santa Catarina é estado irmão de Aomori, um dos estados mais prejudicados pelo *tsunami* e por isso outros eventos ainda serão promovidos em nosso estado em solidariedade ao povo japonês.

Eu convido todos os parlamentares, assim como todas as pessoas da nossa cidade, da nossa região, para participarem, no próximo dia 17, domingo, ao meio-dia, de um desses eventos em solidariedade ao sofrimento do povo japonês. Será um almoço no Lagoa late Clube e os ingressos serão vendidos pelo CDL de Florianópolis e pela Associação Nipocatarinense, que tem sede na capital.

Também no sábado, na praça Getúlio Vargas, conhecida como praça dos Bombeiros, das 9h às 17h, haverá um espetáculo belíssimo oferecido pelo povo japonês ao povo catarinense, o aniversário de Buda, e uma série de eventos culturais e artísticos. Haverá espaços gastronômicos, inclusive, e

convidamos todas as pessoas para demonstrarem sua solidariedade ao povo japonês pelo sofrimento que passaram.

Sr. presidente, dia 2 de abril, sábado, é o Dia Mundial da Conscientização pelo Autismo e as associações de pais e mães de crianças autistas farão uma caminhada, a partir das 9h, no trapiche da avenida Beira-Mar, em Florianópolis.

Para pautar esse tema, sr. presidente, a associação solicitou a cessão deste plenário na semana que vem, a fim de abrigar essas mulheres, na sua maioria mães de autistas, que falarão um pouco desse problema e de como a sociedade pode ajudar.

Queremos, no tempo que me resta, tratar de dois temas. O primeiro diz respeito a um pedido de informação a que demos entrada nesta Casa, a fim de instituímos a Frente Parlamentar de Cultura que, tenho certeza, contará com o apoio de vários parlamentares deste Poder.

Estamos também protocolando um pedido de informação em função das declarações do presidente da Fundação Catarinense de Cultura, hoje, na Rádio Guarujá AM, de Florianópolis, dando conta da alegria de comemorar a entrega da sala da Escola de Artes. Mas ele disse que farão a licitação da reforma do teatro e do cinema, que estão fechados, abre aspas, "por outros motivos", e ele não explicou quais são esses motivos.

Então, vamos protocolar um pedido de informação, pois queremos saber o que está acontecendo, já que há mais de um ano o CIC está fechado - e quem é da cidade e aprecia o cinema como arte, sabe a falta que faz aquela sala. Queremos entender até quando vão ficar fechados o teatro e o cinema e por que ficaram fechados se não estão em reforma e não há licitação para isso. Afinal, e numa memória de uma companheira de Parlamento, o governador tem-se debruçado sobre um tema muito especial para a cidade de Florianópolis, para a Grande Florianópolis e para todos os catarinenses, por se tratar de uma área pública na capital dos catarinenses.

Quero registrar ainda a presença de várias integrantes do Conselho Estadual de Nutrição, saudar essas mulheres que o compõem e em homenagem a elas quero tratar do destino que o governador pretende dar à área da penitenciária, sobre a qual houve um anúncio de que seria destinada à construção de um hospital.

Temos algumas ponderações a fazer sobre a questão. Primeiramente, o destino daquela área já vem sendo discutido na Câmara de Vereadores de Florianópolis desde 2002 ou 2003 e a comunidade sempre fez um apelo para que fosse uma área de convivência, uma área de lazer, pois um dos modos de enfrentar a violência é abrir espaços de lazer para as comunidades, para as crianças.

O apelo que fazemos ao governador é para que mantenha a ideia de preservar aquela área, e parabenizo-o imensamente por ter feito a leitura de que aquela área é pública e deve permanecer pública.

Nós fazemos a seguinte ponderação da tribuna desta Casa - hoje, inclusive, haverá uma audiência pública na Câmara Municipal de Florianópolis: aquele não é um espaço para construir um hospital, porque é uma área de grande adensamento populacional, com grande dificuldade de mobilidade urbana. Assim se for construído ali um hospital de grandes proporções, v.exas. podem imaginar o que será chegar lá.

Deputada Dirce Heiderscheidt, v.exa., que também é da região da Grande Florianópolis, sabe que, mais do que um hospital em Florianópolis, nós precisamos equipar a Grande Florianópolis. Para nós, talvez, fique muito melhor um hospital em Palhoça, por exemplo, do que dentro da Grande Florianópolis.

Subsidiou-me o grande deputado Jorge Teixeira, médico que é, dizendo que Florianópolis já tem o número de leitos que o SUS prevê para uma cidade das suas proporções. O que nos falta é corrigir a "ambulancioterapia", ou seja, regionalizar os serviços de saúde.

Por que há deficiência de leitos hospitalares em Florianópolis? Não é pelo baixo número de leitos, mas porque o estado inteiro se trata na capital! E isso não sou eu que estou dizendo. As estatísticas mostram que qualquer um dos nossos hospitais tem um alto índice de ocupação pelas especialidades que atende e em função de receber pacientes de todo o estado.

O apelo que fazemos ao governador é para que mantenha aquela área pública, mas como área de lazer, de educação ambiental, uma área verde como a do Córrego Grande. Precisamos relembrar a nossa vocação verde. Se afirmamos ser Florianópolis uma cidade turística, então temos que intensificar o uso de espaços verdes de lazer, aproveitando as nossas belezas naturais. O turista precisa de atendimento de saúde, é claro, mas precisa muito mais de áreas de lazer, assim como todos os moradores.

Quando discuto acerca da violência e converso com as mães que moram nos morros da nossa cidade, vejo que elas falam muito disso. E tomo por testemunha o padre Wilson Groh, que sempre rememora essa fala das mulheres empobrecidas dos morros da nossa cidade.

Parte da guerra de gangues que se instalou especialmente na periferia de Florianópolis foi causada, por exemplo, pela falta de campinhos onde as crianças pudessem jogar futebol. Hoje os adolescentes se conhecem somente pelas armas, ao passo que antes se conheciam porque havia um campinho de futebol, uma área de lazer, de alegria, de diversão.

Então, esse é o apelo que fazemos ao governador. Ao mesmo tempo, repito, em que comemoro a sua decisão de manter aquela área como pública, afirmo que será uma grande tragédia para a população se o valor econômico se sobrepujar ao interesse coletivo.

Não temos mais, em Florianópolis - eu e o deputado Jorge Teixeira falávamos sobre isso -, espaços para grandes equipamentos. Eu, inclusive, tenho defendido em vários fóruns que temos que recuperar o Aeroporto Hercílio Luz, mas já pensar na construção de um aeroporto em Tijucas ou Biguaçu, porque esta cidade, em particular a ilha, não comporta equipamentos que tragam pessoas do interior do estado e levem para a Trindade através de uma estrada muito pequena, como a que dá acesso à região da penitenciária.

Agradeço a contribuição do deputado Jorge Teixeira, que me ajudou, médico que é, nessa discussão, e fica o apelo ao governador para que mantenha de fato a área pública, mas tenha o cuidado de que o seu destino seja uma área de lazer e de educação para as crianças e a população em geral, e não um hospital!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputada Angela Albino.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, no dia de ontem o deputado Neodi Saretta fez alguns registros sobre a participação do secretário Ubiratan Rezende na comissão de Finanças e Tributação. E quero colaborar dizendo que foram apresentados os resultados do quarto trimestre de 2010, até porque a Lei de Responsabilidade Fiscal exige a sua demonstração.

De fato foi uma apresentação muito clara e transparente. E o que nos chamou a atenção foi o fato de Santa Catarina ter tido, nos últimos anos, um avanço extraordinário em termos de arrecadação, ou seja, de receita. No entanto, vimos que o percentual de investimento pouco se alterou nesses últimos anos.

Tivemos, em 2010, uma receita de R\$ 18 bilhões - e estou arredondando os números para facilitar um pouco. Desses R\$ 18 bilhões, o saldo para o estado foi de R\$ 13 bilhões, sendo que R\$ 5 bilhões foram repassados para os municípios e para outros órgãos, conforme determinação constitucional. Desses R\$ 13 bilhões, foi investido R\$ 1,080 bilhão, ou seja, mais ou menos 9%, um pouco mais, um pouco menos.

Deputado José Milton Scheffer, por um lado ficamos até felizes porque durante os quatro anos em que atuamos na Assembleia Legislativa sempre que houve a apresentação do governo nesta Casa e a apreciação pelo Tribunal de Contas, os números não eram convergentes, ou seja, não eram iguais no que tange à aplicação de recursos na Educação, na Saúde e no repasse aos municípios.

Todos sabem, e a lei é muito clara, que é obrigatório o repasse de 25% da receita para a Educação e 12% para a Saúde. O que vinha acontecendo - e por isso é que não havia convergência nos números - é que o governo incluía nos 25% da Educação e nos 12% da Saúde as despesas com funcionários inativos, funcionários aposentados e eu sempre contestei isso.

Muitas vezes falamos desta tribuna que era preciso investir mais na Educação e na Saúde, e isso não é segredo para ninguém, mas a verdade é que nunca conquistamos os valores preceituados pela Constituição.

Agora, entretanto, a boa notícia, sras. deputadas e srs. deputados, dada pelo secretário Ubiratan Rezende - e acredito que essa é uma decisão de governo -, ontem, deputado José Milton Scheffer, é que a partir de 2011 a Saúde e a Educação terão o repasse dos seus percentuais constitucionais sem a inclusão das despesas com os inativos.

Deputado Nilson Gonçalves, repito, a partir de 2011 os valores repassados à Educação e à Saúde serão maiores. Essa é uma notícia extraordinária! Porque mesmo que esses números não sejam muito grandes, acrescidos do que era descontado dos salários dos inativos, já representam um volume um pouco maior, já que há necessidade de investimento. Mas o que fazer com esse dinheiro? É preciso priorizar. Por exemplo: o que é mais importante no momento, reformar uma escola ou construir um ginásio de esportes ao lado? O que é mais importante:

valorizar o profissional da Educação ou construir uma praça? Tudo é importante, mas quando os recursos são limitados, é preciso priorizar.

Há outro aspecto positivo, deputado Nilson Gonçalves. Há anos vimos questionando o Orçamento Regionalizado, porque, na verdade, vamos para o interior do estado, falamos com a população, constatamos as necessidades, colocamos no Orçamento, mas nada é cumprido. Nos últimos encontros, inclusive, o público nem compareceu mais às audiências porque não acredita mais no cumprimento do que é apontado como prioritário.

Agora, a boa notícia é que o secretário da Fazenda nos disse ontem que é favorável ao Orçamento impositivo, desde que seja respeitada a previsão orçamentária e aplicado aquilo que é possível. Portanto, contamos com mais um defensor do Orçamento impositivo!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me permite um parte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. deu duas boas notícias em relação ao dinheiro destinado à Saúde e à Educação, especialmente à Saúde. Hoje, em Joinville, estamos vivendo uma verdadeira novela em relação ao Hospital São José, cujas obras vêm-se arrastando. Quem sabe esse dinheiro represente uma luz no fim do túnel.

Essa questão do Orçamento Regionalizado já estava virando um verdadeiro mico na mão de todos nós, deputados, pois anualmente peregrinávamos pelo estado afora fazendo audiências públicas que depois não davam em nada. Ficava uma situação até constrangedora para os deputados que faziam esse trabalho no estado inteiro e depois não o viam configurado no Orçamento. Se a conversa agora pende para esse lado, quem sabe tenhamos atendidos aqueles pleitos feitos nas reuniões do Orçamento Regionalizado?!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves, pela sua contribuição.

Para concluir o raciocínio, devo dizer que é verdade que percorremos o estado levando uma falsa expectativa, desacreditando cada vez mais a nossa liderança, já que os pleitos não se concretizavam. Parece que agora teremos mais crédito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, há um requerimento sobre a mesa pedindo um espaço ao representante da 10ª Região do Conselho Regional de Nutrição para o lançamento da campanha Fome, Obesidade e Desperdício: não alimente este problema. Ele fará uso da tribuna por dez minutos para fazer o lançamento da campanha e falar sobre os seus objetivos.

Também quero convidar os srs. deputados para irem à sala de imprensa prestigiar o lançamento da Frente Parlamentar das Ferrovias.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do vereador José Odorico Munhoz, do município de Campo Alegre, que nos visita na manhã de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Gostaria de perguntar ao deputado Dirceu Dresch o seguinte: com relação ao seu requerimento, podemos fazer a suspensão da sessão após o horário dos Partidos Políticos?

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, é sobre isso que eu gostaria de falar. Talvez o deputado Dirceu Dresch não saiba, mas houve uma decisão da Mesa Diretora na reunião de ontem em que ficou acordado que esses pedidos deveriam ser feitos com a antecedência de um dia, deveriam ter a aquiescência dos líderes e ser atendidos após a Ordem do Dia.

Como acredito que não foi comunicado a ninguém e para não parecer intolerante, sugiro que v.exa. abra esse espaço assim que terminar a Ordem do Dia de hoje, abrindo mão da necessidade de solicitar com um dia de antecedência. Essa é a minha opinião, é a minha sugestão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero apenas registrar, com satisfação, a presença do vice-prefeito de Blumenau, o meu amigo Rufinus Seibt, representante maior do PMDB naquela cidade.

É uma satisfação recebê-lo, assim como aos amigos de Criciúma: Roberto Ronato Ohlweiler, Diógenes Luiz José, Ronaldo Aparício Alano, Andrino Silva e José de Oliveira, que nos prestigiam nesta manhã.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o vereador de Campo Alegre e desejar-lhe uma boa estada nesta Casa que o recebe de braços abertos.

Muito obrigado pela visita, vereador!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, quero apenas anunciar a presença do vereador de Macieira, Almir José Rossi Arcontti, do DEM. Ele é um vereador atuante, que tem trabalhado muito e que está

participando de um congresso que está sendo realizado na capital, pela Uvesc.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu não tinha essa informação que foi passada pelo deputado Nilson Gonçalves, mas se essa é a vontade dos líderes, podemos suspender a sessão depois da Ordem do Dia.

Agora, quero informar ao deputado Nilson Gonçalves que esse pedido foi feito ontem pela deputada Ana Paula Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Dirceu Dresch, de fato acredito que a Presidência ainda não tenha comunicada essa decisão às bancadas.

O requerimento, de autoria da deputada Ana Paula Lima, pedindo a suspensão da sessão tem realmente a data de ontem. E, segundo informações, ela está impossibilitada de estar aqui por motivo de força maior.

Se não houver problemas, faremos a suspensão da sessão após a Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero apenas dar as boas-vindas à prefeita de Camboriú, que se encontra na Casa juntamente com alguns vereadores.

Saiba que esta Casa estará sempre de portas abertas, prefeita! É uma alegria tê-la conosco sempre que possível!

Portanto, um grande abraço à prefeita de Camboriú, que vem fazendo uma administração belíssima naquele município.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Não havendo deputados do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até onze minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, antes de abordar a temática relacionada, inclusive, à questão partidária, neste espaço do Democratas nesta manhã, quero também fazer referência à data de hoje, 31 de março, Dia da Saúde e Nutrição, uma boa data para lembrar os cuidados que precisamos ter com a alimentação.

Recebi, nesta semana, um e-mail da nossa amiga Marlene Inês da Silva Felisbino, de Jaraguá do Sul, nutricionista e membro do Conselho Regional de Nutrição de Santa Catarina, que traz algumas informações interessantes para uma reflexão neste dia.

Segundo nossa amiga Marlene, num país em que em se plantando tudo dá, 64% da produção anual viram fumaça, há altos níveis de desperdício tanto na cadeia produtiva quanto

no armazenamento e consumo dos alimentos; 20% se perdem na colheita; 8%, no transporte; 20%, no cozimento; 15%, no processamento; enfim, num país ainda paradoxal temos, por um lado, a fome, pois segundo estatísticas oficiais 11 milhões de brasileiros padecem de fome; e, por outro lado, temos a insegurança nutricional, já que dados recentes nos dão conta de que há 17 milhões de obesos no país.

Por tudo isso, este é um bom dia para lembrarmos a importância da alimentação saudável. Inclusive, recebemos hoje, pela manhã, bonitos *folders* sobre a questão da alimentação saudável, da qualidade de vida, citando, de forma específica, a o problema da obesidade infantil.

Parabéns ao Conselho Regional de Nutrição de Santa Catarina e a todos aqueles que se preocupam, não só com a questão da fome, mas também com a obesidade e com o desperdício.

Srs. deputados, aproveito este momento de debate sobre a reforma política no país para, neste espaço, expressar a minha preocupação quanto ao assunto, já que no dia de ontem, o Senado Federal, através da sua comissão política, por oito votos a seis, se não estão equivocados, escolheu como opção, deputado Reno Caramori, o voto em lista.

Tenho conversado muito sobre isso por onde tenho passado, no interior do estado, com lideranças e acompanhamento, inclusive, a questão contra o voto em lista. Mas acompanho as estatísticas que nos dão conta de que 72% da população brasileira não concordam com o voto em lista. Entendemos, e essa é a minha perspectiva ao longo dos anos que tenho militado na política, pelo menos nesses últimos 30 anos, sendo 12 anos como vereador, de que vamos tirar o direito da população de votar, sim, nos seus candidatos.

Bom, entra-se com a teoria de que temos que fortalecer os partidos, mas estamos tirando a legitimidade da população de votar em quem de fato deseja. Sem discutir aqui o voto distrital, que possui algumas nuances positivas, sou contra o voto em lista e, particularmente, sou contrário ao financiamento público de campanhas, porque vamos tirar dinheiro da Saúde e da Educação, por exemplo, enquanto o caixa dois vai continuar existindo.

Com relação especificamente ao voto em lista, qual é a minha preocupação? A minha preocupação - e eu já fiz uma exposição nessa linha de pensamento nesta Casa e quero reforçar, tendo em vista o resultado da eleição de ontem no Senado Federal - é que nos nossos municípios, os partidos irão tomar-se um balcão de negócios. Falo não só dos grandes, mas especialmente dos pequenos municípios, porque se um empresário, por exemplo, em José Boiteaux, onde haverá eleição neste domingo, que nunca foi candidato a nada, nunca foi político, chegar ao partido e disser que quer filiar-se e ser vereador da cidade e que tem dinheiro para financiar a campanha do prefeito, ninguém vai resistir. Ele vai ao partido, filia-se, investe R\$ 500 mil em José Boiteaux para eleger o prefeito e diz: "Tudo bem, vou eleger o prefeito, mas o meu nome para vereador tem que ser o primeiro da lista". É o voto em lista!

Deputado Nilson Gonçalves, como eu disse, foi aprovado na comissão especial e a aprovação, infelizmente, foi capitaneada pelo senador Luiz Henrique da Silveira. Agora o assunto segue para deliberação do plenário do Senado Federal.

Mas, seguindo essa linha de raciocínio, a pessoa que não possui votos, mas tem recursos, dinheiro, certamente financiará o partido político e terá seu nome no primeiro lugar da lista. No dia da eleição, ele consegue 100 votos, o outro candidato consegue 1.000, mas não entra porque o direito é do primeiro da lista. E mais uma vez a voz da democracia será sufocada neste país.

Então, quero posicionar-me contra o voto em lista. Conclamo a sociedade catarinense a estar conosco nesse protesto, nessa luta contra a perspectiva do voto em lista, porque entendemos que a representatividade vai estar no balcão de negócios com os partidos.

Fica aqui o nosso registro e certamente essa discussão será ainda comentada em outros debates nesta Casa. De qualquer forma, quero lamentar a votação de ontem na comissão do Senado Federal, que por oito a seis aprovou a ideia do voto em lista. Espero que vença a voz da democracia, a voz da população brasileira, que já colocou o seu posicionamento, pois 70% dos brasileiros são contra a proposta do voto em lista.

Precisamos fortalecer os partidos? Sim. Mas acima dos partidos está o candidato, está o representante que pelo seu voto tem o mérito de estar numa Casa como esta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Mesmo na condução dos trabalhos, sinto-me no direito de dar um "pitaco" na sua fala.

Tenho combatido o voto em lista de maneira bastante contundente. Sou radicalmente contra o voto em lista. Tenho uma admiração profunda pelo senador Luiz Henrique da Silveira, tenho o maior apreço por s.exa., mas discordo frontalmente da sua ideia de que devemos adotar o voto em lista. No meu modo de entender, adotá-lo significa deixar nas mãos dos coronéis o destino político deste país. E a pergunta que fazemos é: que estímulo teria quem tem o primeiro ou o segundo nome da lista, sabendo que o partido vai eleger uns quatro ou cinco vereadores ou deputados? Qual é o estímulo que aquele que está em primeiro ou segundo lugar vai ter para fazer uma campanha, se ele já sabe que está praticamente eleito dentro daquele critério?

Eu não acredito que isso vá prosperar, mas, de qualquer maneira, se não abrimos os olhos, quando formos ver já será uma realidade e aí quero ver como é que vão ficar as coisas. Voltar ao coronelismo na política brasileira será muito triste. Aliás, ainda nem saímos direito, essa é a verdade.

Passo a condução dos trabalhos ao nosso vice-presidente, pois tenho outros compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, o orador que me antecedeu terminou falando em reforma política e gostaria de dar também uma pequena contribuição, quase que um aparte à sua fala, dizendo que todo tipo de debate é importante.

Quanto ao voto em lista, deputado Moacir Sopelsa, o meu partido não tem posição fechada, mas grande parte defende-a. Tenho

sérias dúvidas, e alio-me àqueles que acham que é sempre melhor o debate direto com a população do que apenas em escritórios, em cúpulas partidárias. Sou um deputado que defende as questões partidárias, o fortalecimento do partido, mas acho que o ideal é sempre estarmos em contato com a população, dialogando. E digo mais, acho que a reforma política deve ser discutida, mas não sei se é uma grande prioridade. A própria presidente Dilma Rousseff falou que temos outras prioridades, mas se o Parlamento quiser discutir, não há problema algum. Tenho dúvidas se determinadas mudanças mexem ou não com a vida do povo, porque o que realmente importa são exemplos como aquela discussão que tivemos ontem, deputado José Milton Scheffer, com a presença do secretário da Fazenda. Questionado por nós sobre os recursos da Saúde, o secretário se comprometeu a não repetir a prática de considerar como parte do repasse de 12% o pagamento dos inativos. Isso, sim, mexe com a vida do povo, porque são alguns milhões a mais que irão ir para a Saúde, para restabelecer, inclusive, o fornecimento, deputado Maurício Eskudlark, de medicamentos de uso contínuo que muitos pacientes não estão achando nos postos do SUS.

A mesma coisa ocorre na Educação e medidas como essa é que, efetivamente, ajudam a transformar a vida do povo brasileiro. É claro que o sistema político é importante, a forma de votação é importante, mas tenho dúvidas quanto ao resultado, prova disso é que participei de um debate nesta semana, promovido pelo nosso companheiro Pedro Uczai, e a pergunta era a seguinte: que reforma política queremos?

Então, isso não está claro nem para os partidos políticos, e acho que se houver alguma mudança, ela deverá ser no sentido de melhorar a vida das pessoas, de tornar o processo mais ético, mais transparente, e diminuir a influência do poder econômico, fazendo com que os candidatos tenham que dialogar no dia a dia com as dificuldades do povo catarinense, do povo brasileiro.

Quero também aproveitar o espaço do PT no horário dos Partidos Políticos para falar sobre uma pessoa extraordinária, que serviu de exemplo para muitas gerações deste país, o nosso querido ex-vice-presidente. José Alencar lutou bravamente pela vida, lutou com galhardia e transmitiu otimismo ao povo brasileiro. Embora estivesse vivendo momentos difíceis, deixou marcas no povo brasileiro, principalmente nesse período em que tratou da doença. Apesar da doença, ele tratou com o povo brasileiro sempre com alegria e serenidade. Acredito que isso serve de estímulo a pessoas que encontram dificuldades.

Não poderia deixar de fazer esse registro sobre o ex-vice-presidente, que ocupou a Presidência da República, por quase um ano, somando-se os vários períodos de interinidade. Todos nós acompanhamos o sofrimento que ele enfrentou, transmitindo sempre alegria para as pessoas, deixando esse exemplo. Quero dizer que faço esse registro em nome do meu partido, dos meus companheiros, dos nossos deputados.

Lembro-me de um depoimento seu dado à época em que eu era prefeito de Concórdia e concorria à reeleição. Infelizmente, o Brasil perdeu um grande estadista, uma grande liderança, e nós, os políticos, temos que prestar atenção nisso.

Obviamente, ao longo de sua trajetória houve divergências políticas, houve

discordâncias, mas ele se portou como vice-presidente da República de forma magnífica, dando ideias, sugestões, sempre por dentro do governo, mas participando ativamente apenas quando chamado. Isso merece um registro, desta tribuna, nesta manhã.

Feito esse registro, sr. presidente e srs. deputados, encerro dizendo que fiz manifestações ao secretário da Fazenda e apelo à secretaria estadual da Saúde, no sentido de que restabeleça imediatamente o fornecimento dos medicamentos de uso contínuo aos pacientes que precisam, caso contrário eles estarão correndo risco.

Tomemos como exemplo José Alencar, que lutou pela vida, para que lutemos pela vida de quem não tem recursos para pagar seu tratamento e depende do poder público.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, imprensa, não poderia deixar de mencionar e lamentar o falecimento do ex-vice-presidente da República, José Alencar, e até propor, presidente desta sessão, deputado Moacir Sopelsa, que a Assembleia Legislativa envie uma moção de pesar aos seus familiares. Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Afinal de contas, o vice-presidente tinha em Santa Catarina uma de suas unidades industriais, na cidade de Blumenau, a antiga indústria têxtil Artex, hoje Coteminas, que gera inúmeros empregos em nosso estado. Acho importante fazer o registro de que ele tinha atividade empresarial em Santa Catarina.

Mas o assunto que me traz à tribuna hoje é para falar sobre a visita protocolar do secretário da Fazenda, dr. Ubiratan Rezende, na comissão de Finanças e Tributação, na manhã de ontem, atendendo ao que rege a Lei de Responsabilidade Fiscal e também o nosso Regimento Interno.

A impressão que ele deixou a todos os membros da comissão foi a de que conhece bem a economia catarinense, os seus gargalos tributários, fiscais, mostrando que está atualizado dentro desse contexto, deputado Darci de Matos. Com certeza, a secretaria da Fazenda nas mãos do dr. Ubiratan Rezende está muito bem.

Mas quero trazer alguns dados importantes, referentes ao resultado do ano fiscal e financeiro, contábil e orçamentário do governo do estado em 2010. O primeiro deles é a receita global do estado, que foi de R\$ 18 bilhões, com um incremento, em relação a 2009, de 17%. O incremento, descontada a inflação - ainda não saiu o índice oficial -, deve ficar em torno de 7%.

Da mesma forma, o PIB do estado foi superior ao brasileiro e ficará na faixa de 6% a 7%. Portanto, a economia catarinense cresceu mais do que a média nacional e a receita do estado cresceu também, mostrando eficiência e eficácia nas ações da secretaria da Fazenda.

Essa receita de R\$ 18 bilhões transforma-se em apenas R\$ 8 bilhões, deputado Carlos Chiodini, quando de fala de receita líquida para o Poder Executivo, já que os valores restantes são as transferências orçamentárias para os poderes e os recursos vinculados.

Assim, com esses R\$ 8 bilhões de receita bruta o estado tem que fazer a gestão de pessoal, na qual gastou quase R\$ 4,9 bilhões, que representam um percentual de 42%, um pouco abaixo do limite prudencial fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 46%. No custeio da máquina, o Executivo gastou R\$ 2 bilhões, sobrando apenas R\$ 1,080 bilhão para investimento em todas as áreas, em todos os setores públicos catarinenses.

Então, esse número nos preocupa, pois já houve um enxugamento da máquina ao longo dos anos. Todos acompanharam o esforço do ex-governador Luiz Henrique da Silveira no sentido de diminuir o custeio da máquina pública; a questão do servidor foi muito discutida, pois em vários setores do serviço público há um descontentamento generalizado, porque os salários ainda estão muito defasados, implantando a política de gratificações para alguns segmentos mais bem estruturados, mais bem organizados.

Mas um dado alarmante das colocações do secretário da Fazenda foi em relação à Lei Kandir. Refiro-me ao repasse constitucional, legal, obrigatório do governo federal para suprir a isenção dos impostos de exportação por parte da indústria.

Todos sabem que Santa Catarina é um estado exportador, o quinto maior exportador brasileiro. No entanto, o governo federal, em função da Lei Kandir, repassou apenas R\$ 260 milhões de um total de R\$ 960 milhões a serem repassados.

Onde ficaram os outros R\$ 400 milhões? Ou o governo do estado deixou de investir para reembolsar as empresas catarinenses, que têm direito ao reembolso porque no custo de produção consta a isenção do imposto de exportação, ou teve que dar calote nas empresas catarinense exportadoras, adiando o repasse de um recurso de transferência de crédito que lhe é de direito e que não pode ser repassado porque o governo federal não cumpriu a Lei Kandir mais uma vez.

Ressalte-se que não é somente o atual governo federal que vem fazendo isso. Essa prática já é histórica. Desde o nascedouro da Lei Kandir, nenhum governo federal repassou para o estado de Santa Catarina os recursos a que tinha direito.

Então, isso é alarmante, porque a nossa economia depende da exportação, desde a agroindústria, o setor têxtil, até o setor cerâmico. Enfim, todas as grandes empresas do nosso estado são exportadoras, acreditaram na Lei Kandir, mas lamentavelmente ela não vem sendo cumprida por quem tem o dever de cumpri-la, que é o governo federal.

Gostaria de ressaltar a presença do secretário da Fazenda, que se mostrou extremamente dinâmico, juntamente com sua equipe. O diretor de Contabilidade, por exemplo, fez uma explanação muito clara e acho que temos que trabalhar em cima desses dados para fazer a nossa parte, com vistas à melhoria da arrecadação.

Quero também fazer referência aos servidores da secretaria da Fazenda, especialmente o grupo da fiscalização, que ajudou muito para que houvesse um incremento de quase 2,0% na receita de ICMS, ou seja, de 10% para 12%.

O deputado Sílvio Dreveck é um grande articulador e uma voz ativa na Assembleia sobre a questão da Lei Kandir, do repasse constitucional, legal, mas quis mostrar que a secretaria da Fazenda está trabalhando

dentro dos cânones legais e que o secretário Ubiratan Rezende vai fazer um grande trabalho em prol de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, sr. deputado Gilmar Knaesel.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar com muita satisfação a presença do meu amigo particular, vereador pela segunda legislatura em Joinville, Jucélio Girardi, também servidor efetivo da nossa Celesco.

Sr. presidente, não poderia deixar de, com profundo pesar, em nome do Democratas, fazer o registro da morte do ex-vice-presidente José Alencar, que está sendo velado hoje e cujo enterro deverá ocorrer à tarde.

Trata-se de um político que tem uma das mais lindas histórias em nosso país. Ele sintetiza coragem e bom humor, era um grande investidor em Santa Catarina, no Brasil e, como disse o deputado Gilmar Knaesel, um homem público ilibado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Está feito o seu registro.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, meu líder Sílvio Dreveck, quero tecer alguns comentários a respeito da minha fala de hoje com v. exa.

Ao ler o jornal hoje pela manhã, durante o tradicional chimarrão, comecei o dia com uma satisfação imensa, quando li na coluna de Estela Benetti, no Informe Econômico, o seguinte:

"Mérito nacional à Epagri

A catarinense Epagri foi a empresa pública de assistência técnica e extensão rural do país que mais investiu nos últimos dois anos, segundo a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer). Por isso, recebeu a Medalha do Mérito Jonas Pinheiro, em Brasília. A distinção foi entregue ao presidente da Epagri, Luiz Hessmann, e ao diretor Ditmar Alfonso Zimath por Nilton Cosson, da Asbraer. Hessmann dedicou a medalha aos extensionistas da empresa." [sic]

Como é bom quando acordamos pela manhã, pegamos o jornal, deputado José Milton Scheffer, e lermos uma matéria dessas.

Faço essa referência pelos anos que defendi a Epagri e a Cidasc desta tribuna. Talvez outros deputados tenham a mesma atitude, mas não mais do que eu. Acompanho a empresa desde a sua criação, no governo do saudoso Wilson Kleinübing, quando acompanhamos toda a trajetória, discutindo a criação da empresa e depois seu desenvolvimento, porque entendíamos que realmente era a solução para Santa Catarina.

A Epagri e a Cidasc cuidam da sanidade animal e vegetal e tem grande responsabilidade de manter os rebanhos suíno, caprino, ovino e bovino de Santa Catarina livres de aftosa sem vacinação, deputado José Milton Scheffer. A Epagri tem a responsabilidade da pesquisa, da tecnologia, das genéticas e da extensão daquilo que é produzido nos seus campos experimentais.

Trago isso porque, há poucos dias, após a audiência com o secretário de Agricultura João Rodrigues, discuti com o meu amigo Luiz Hessmann os destinos da regional da Epagri na minha região, implantada há muitos anos. Eu, através da imprensa, em Caçador, falei que tinha uma amizade muita grande e que as minhas tratativas com Luiz Hessmann não eram simplesmente técnicas, mas carregadas de afinidade, de amizade. Qual não foi minha surpresa ao ver publicada nesse mesmo jornal o espanto do jornalista pelo fato de o deputado Reno Caramori afirmar que era amigo do dirigente de uma empresa de outro partido.

Eu quero dizer para esse jornalista que não se misturam as coisas. Na vida pública temos que ter discernimento, não se mistura amizade com ideologia política, não se discute amizade com política partidária, discutem-se, sim, as boas coisas para Santa Catarina; discute-se, sim, o que é preciso resolver para se obter um bom resultado para a população.

Então, quero dizer, desta tribuna, a esse jornalista que vou conversar com ele pessoalmente, neste fim de semana, para que entenda que não é através do jornal que vamos resolver o problema, não é através do rádio e nem da televisão. Resolve-se o problema falando pessoalmente, conversando, discutindo, mostrando as razões, os prós e os contras para o bom desempenho do Executivo ou do Legislativo.

E foi esse o caminho que buscamos junto ao secretário, junto ao governador, ou seja, uma definição para que se mantenha em Caçador a regional da Epagri, até porque, deputado, é uma região pobre e precisamos incrementar a agricultura. Sendo assim, a regional tem a grande responsabilidade de levar a extensão tecnológica para os pequenos municípios que fazem parte daquela SDR, para que possamos, realmente, evoluir mais, produzir mais, manter o homem no campo.

Por isso, meu amigo Luiz Hessmann, quero reiterar os meus cumprimentos à Epagri, empresa que o senhor conduz, e espero que o atual governador Raimundo Colombo conceda todas as condições para fazer com que a empresa cresça cada vez mais e desenvolva mais tecnologia.

Srs. deputados, trarei para esta Casa, nos próximos dias, uma reportagem sobre uma pesquisa da Epagri de Caçador, juntamente com a regional de São Joaquim, na criação de uma nova variedade de maçã.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Nobre deputado, quero imanar-me na homenagem, no reconhecimento que v.exa. está fazendo da Epagri. Faça isso por ser funcionário dessa empresa, com muito orgulho, mas principalmente por conhecer a profundidade do trabalho que realiza em Santa Catarina.

Nós vivemos num estado que tem apenas 1% da área territorial do Brasil, somos

líder nacional na produção de alimentos e aí temos a mão forte e, acima de tudo, a inteligência, as estratégias de uma empresa de pesquisa e extensão geral de renome nacional e até internacional.

É muito bom que v.exa. faça esse reconhecimento do trabalho dos nossos pesquisadores, dos nossos extencionistas. Hoje, o braço que o governo tem para chegar ao pequeno produtor rural é a Epagri. São os extencionistas que levam o conhecimento gerado nas estações experimentais ao agricultor e por isso merecem o nosso reconhecimento e a nossa homenagem.

Quero cumprimentar v.exa. por essa iniciativa e, em nome dos funcionários da empresa, agradecer pelo grande pronunciamento que está fazendo neste momento.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, deputado, e por reconhecer isso é que ficamos tão satisfeito ao ler a matéria da jornalista Estela Benetti, a quem aprendemos a admirar, ela que tem uma coluna num jornal de renome como é o *Diário Catarinense*.

Esse moço lá de Caçador disse, num jornal, que eu passei anos criticando o governo. Posso ter criticado, mas o fiz com fundamento, porque jamais fiz, desta tribuna, qualquer crítica infundada. Além disso, todas as vezes em que falei da Epagri, foi para pedir ao governo que desse condições para que a empresa desempenhasse sua função com maestria. E também sempre disse que Luiz Hessmann tinha plenas condições, juntamente, com a sua equipe, de gerir a contento os destinos da empresa.

E aqui está mais uma vez...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projeto de Lei n. 0006/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que institui a gratuidade do transporte coletivo para o deslocamento dos servidores públicos estaduais no itinerário casa/trabalho e vice-versa.

Projeto de Lei n. 0053/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre os reajustes dos pedágios vinculados às rodovias federais no estado de Santa Catarina.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0011/2011, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que inclui a alínea "z1" ao art. 3º da Lei n. 5.867, de 1981, que dispõe sobre a concessão pelo estado de subvenções às instituições de caráter privado e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0274/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que altera a Lei n. 10.739, de 1988, que declara de utilidade pública o Consórcio Regional de Saúde do Hospital Lenoir Vargas Ferreira, de Chapecó.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0149/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0150/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0151/2011, 0152/2011, 0153/2011 e 0154/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência defere de plano os Requerimentos n.s.: 0267/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0268/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 0269/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Moção n. 0023/2011, de autoria da deputada Angela Albino e outros, a ser enviada ao deputado federal Jair Bolsonaro, ao presidente do Congresso Nacional, ao diretor da Rede Bandeirantes de Televisão, aos presidentes do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional de Combate ao Racismo, manifestando repúdio às declarações discriminatórias e preconceituosas de conteúdo racista e homofóbico proferidas pelo deputado federal Jair Bolsonaro em programa de abrangência nacional da Rede Bandeirantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0028/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os recursos federais liberados em caráter emergencial para construção de pontos afetados pelas chuvas no mês de janeiro de 2011 e qual o valor da contrapartida do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

A Mesa Diretora solicita que seja encaminhada ao ilustríssimo sr. José Josué Gomes da Silva, presidente da Coteminas, a seguinte mensagem:

(Passa a ler.)

"A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina aprovou proposição da Mesa Diretora e demais deputados manifestando aos familiares do excelentíssimo sr. ex-vice presidente da República, José Alencar, profundo pesar pelo seu falecimento.

Sala das sessões, em 31 de março de 2011.

(a) Deputado Moacir Sopelsa
Presidente em exercício

(a) Deputado Reno Caramori
Segundo-Secretário."
Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Atendendo requerimento de vários srs. deputados, iremos suspender a sessão por até dez minutos, para que a sra. Luciane de Oliveira Azevedo Nascimento, coordenadora de comunicação do Conselho Regional de Nutrição, 10ª Região, possa manifestar-se.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e que estão presentes nesta manhã de quinta-feira.

Quero fazer um registro e uma homenagem a um companheiro policial militar, o cabo Ailton José Bonifácio, que neste mês de março passou para a reserva remunerada depois de 35 anos de serviço prestados à Polícia Militar, sendo 15 anos na segurança da Assembleia Legislativa.

Falo deste momento, porque é um momento importante e singular na vida de cada militar, o dia em que ele passa para a reserva. Para o entendimento dos civis, o dia em que ele se aposenta. Nós não nos aposentamos, passamos para a reserva, ou seja, em circunstâncias especiais podemos ser reconvocados. Na verdade, nunca deixamos de ser militares. Somos militares até a morte. Essa é uma situação.

O dia do ingresso na corporação militar é um dia singular. O dia da formatura militar e da colação de grau, vamos colocar dessa forma, é um dia importante na vida do ser humano. E o dia em que ele pede a passagem para a reserva também. Nos últimos tempos, nos últimos anos, diversos militares passaram para a reserva remunerada e em muitos casos, por desgosto com a situação vivida internamente. Poderiam ficar mais se houvesse uma situação de maior valorização interna.

Ontem, por coincidência, fui até a Casa Militar e estava o coronel Ivon assinando a passagem dele para a reserva também. E da mesma forma que homenageamos o cabo Bonifácio, queremos aqui homenagear os 700 policiais militares que no ano passado pediram

passagem para a reserva. No ano passado não entrou nenhum homem na Polícia Militar, mas saíram 700. Se colocarmos junto os bombeiros, talvez tenhamos um número próximo de mil militares estaduais que passaram para a reserva em 2010 porque tinham tempo suficiente, outros porque venderam um carro que tinham para pagar um tempo na agricultura para o INSS, que está cobrando caro, para acelerar a passagem para a reserva. Fizeram isso pela insatisfação com as condições de trabalho, com o tratamento interno e as condições de vida no interior das instituições.

Isso precisa ser mudado. Quero, então, fazer uma homenagem a todos esses companheiros, ao cabo Bonifácio em especial, e, a pedido, a todos os policiais e bombeiros militares que têm passado para a reserva. Trata-se de um momento em que gostariam de receber o abraço caloroso dos companheiros, dos familiares e dos amigos, mas talvez, nos últimos anos, a passagem para a reserva tenha sido um momento de tristeza. O que é ruim, evidentemente.

É preciso mudar esse quadro. Estamos pleiteando uma reunião com as autoridades da Segurança Pública. Conversamos três vezes com o comandante-geral da Polícia Militar neste ano e neste momento era para estarmos em uma reunião com o secretário de Segurança Pública, César Grubba, mas a reunião foi transferida mais uma vez, pela terceira vez, para a semana que vem.

Esperamos que mais essa semana de espera signifique que o governo esteja encaminhando alguma medida, alguma política, alguma posição que possa diminuir as dificuldades dos militares estaduais, especialmente dos praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, para que um número menor esteja com tanta vontade de completar rapidamente 30 anos e ir para a reserva. Estamos no aguardo de alguma notícia boa no âmbito das dez reivindicações, dos dez pontos de pauta da nossa carta de reivindicações. Se houver alguma notícia boa, é sinal de que estamos avançando. Estamos indo para o quarto mês do governo e esperamos que haja algum avanço, alguma medida concreta no sentido de beneficiar a categoria, as instituições. E fazendo isso com certeza estará beneficiando o conjunto da sociedade catarinense, que precisa e clama por mais segurança.

Hoje, dia 31 de março de 2011, não poderia deixar de falar que há 47 anos setores militares estavam realizando aquilo que se chamou golpe militar e depois ditadura militar. Eu prefiro esses termos. Outros, querendo ser mais simpáticos, às vezes, chamam de revolução, mas na verdade estão fazendo uma distorção do próprio termo, se é que se pode usar a palavra revolução para aquele fenômeno histórico de 1964, porque aquilo foi, sim, uma contrarrevolução. Embora, receba o nome de ditadura militar ou golpe militar, na verdade a ação foi feita segundo os interesses de alguns civis, dos monopólios empresariais do mundo, que pretendiam dominar de forma mais efetiva a sociedade. E também não foi feita por todos os militares, eu diria que por meia dúzia de generais articulados por interesse de monopólios internacionais. A maioria dos militares seguiu, sim, porque como militares estamos em fila e seguimos comando. Mas também não por todos os militares, porque milhares de militares pelo Brasil afora, praças e oficiais, posicionaram-se contra o golpe militar de 1964. E muitos deles, milhares, foram

perseguidos, vários foram mortos, na verdade, por que não dizer, foram assassinados, tanto militares das forças armadas, quanto militares das polícias estaduais.

Então, evidentemente, identificamos com esses últimos, não com os que deram o golpe, mas com aqueles que resistiram ou buscaram resistir ao golpe. Identificamos com aqueles que se posicionaram ao lado da soberania nacional contra a sanha dos interesses imperialistas dos monopólios internacionais; posicionamos a favor daqueles que se ficaram a favor da democracia, a favor do aprofundamento das chamadas reformas de base, que colocariam o Brasil no outro rumo, com certeza.

Na manhã de hoje estivemos na instalação do Fórum Parlamentar das Rodovias, que será coordenado pela deputada Luciane Carminatti, e acabamos de sair da reunião que instalou a Frente Parlamentar das Ferrovias. Eu nem comentei, mas achei interessante o que dois deputados comentaram nessa última reunião, um deputado do DEM e outro do PP.

Eles comentaram na década de 60, durante o período de ditadura, as ferrovias foram desmontadas no Brasil. E é verdade, o que prova aquilo que falei anteriormente e repito. O golpe de 1964 foi feito em favor dos monopólios internacionais, no caso, especificamente do monopólio automobilístico, do monopólio da construção de motores, ao mesmo tempo em que foi desmontada a possibilidade de existência de uma indústria nacional de automóveis. Foram rejeitadas, naquele período, as iniciativas da existência de uma indústria nacional de automóveis e houve apoio e facilitação para o ingresso dos monopólios internacionais. E poderia citar - como, aliás, citaram alguns deputados - a Mercedes, a Volkswagen, a Ford e por aí fora, que estão ainda no Brasil. Algumas empresas chegaram depois, mas a inauguração desse processo foi justamente naquele período.

O que vou dizer agora talvez algumas pessoas achem heresia, mas a instalação dessas empresas não foi durante a ditadura militar, foi um pouquinho antes, curiosamente no governo JK. E essa opção pela modernização automobilística do país, precisa ser revertida para o bem do futuro desta nação. Precisamos reverter aquelas políticas implementadas no final da década de 50, começo da década de 60 e pensar estrategicamente numa forma de reverter o prejuízo, a violência e começar novamente a construção das estruturas de base para um desenvolvimento possível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Inscrito o sr. deputado Gilmar Knaesel, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, imprensa, quero trazer ao conhecimento desta Casa algo importante: ontem foi inaugurada a primeira etapa da reforma do CIC - Centro Integrado de Cultura -, que foi inaugurado em 1982. É, sem dúvida, o maior e mais importante equipamento cultural de Santa Catarina e não apenas de Florianópolis.

Durante muitos anos todo o meio cultural reivindicou a vários governos a reforma dos inúmeros setores que estão abrigados dentro da estrutura do CIC. Tratava-se da melhoria do espaço físico, da sua modernização e da instalação de equipamentos

de segurança, a fim de dar condições melhores tanto aos usuários quanto aos produtores culturais.

A reforma do CIC foi, sem dúvida, uma decisão política tomada pelo governador Luiz Henrique. Como secretário do Turismo eu estava presente no início da reforma, que é complexa e complicada, primeiramente porque precisávamos ter um espaço alternativo para que não houvesse a paralisação total das atividades culturais na cidade, o que foi possível com a construção do teatro Pedro Ivo, Campos, junto ao Centro Administrativo, onde foram abrigadas as inúmeras atividades culturais da vida da capital.

Ao mesmo tempo, uma reforma é muito mais complexa e complicada, muitas vezes, do que uma obra nova, porque é preciso atentar para a questão arquitetônica, para as licenças, para as melhorias da parte elétrica, enfim, para uma série de cuidados, o que atrasou o início da reforma, já que o mais difícil, sempre digo, é começar.

A reforma está em andamento, mas por várias vezes tivemos, por parte da imprensa, a cobrança pelo atraso. Agora, quem convive e conhece a obra sabe que há um cronograma e que ele será cumprido. Na primeira fase foram quase R\$ 9 milhões de investimento, sendo que 70% desses recursos já foram liberados e a obra está em execução. Até a metade deste ano vamos ter a entrega da primeira fase, com o espaço das oficinas de arte, que atendem crianças que têm dom em alguma área cultural e que lá o aperfeiçoam, a fim de poderem viver, digamos assim, desse conhecimento.

Já a segunda fase, a que vai entrar em processo de licitação, vai envolver dois equipamentos importantes. O cine do CIC, que tem uma atividade diferenciada - apresenta somente filmes culturais, filmes premiados, enfim, uma seleção que ao longo de muitos anos cativou um determinado público -, precisa também ser reformado. As instalações estavam precárias do ponto de vista das poltronas, do som, da imagem.

No teatro foram feitas algumas melhorias, mas muito aquém daquilo que é necessário hoje, ou seja, um teatro que atenda às novas demandas culturais e que dê conforto à área cultural. Então, será necessária, nessa próxima fase, a reforma do teatro, sendo que o

orçamento previsto é de quase R\$ 6 milhões. Com isso teremos o complexo do CIC entregue novamente à sociedade catarinense, tornando-se um dos melhores espaços culturais do Brasil.

Mas quero ressaltar o empenho, primeiramente, do governo passado, e não posso deixar de fazer uma referência à ex-presidente Anita Pires, que se dedicou integralmente para conseguir tanto a liberação de recursos da prefeitura municipal e do governo do estado, quanto as licenças necessárias e o projeto. Juntamente conosco estava também Valdir Walendowsky, que continua na equipe do atual governo. Ressalto ainda a equipe do atual governo, liderada, é claro, pelo governador Raimundo Colombo, pelo secretário Cesar Souza Júnior, nosso colega e amigo, e pelo novo presidente da Fundação Catarinense de Cultura, Joceli de Souza, que estão priorizando a continuidade e o término das obras da reforma do CIC.

É importante colocar ainda que os recursos vêm do Fundo Social e do Fundo Cultural, portanto, recursos sobre os quais a Assembleia Legislativa tem uma participação importante, porque ao criar o mecanismo dos fundos, propiciou que tudo começasse a acontecer.

Nos últimos oito anos, deputado Moacir Sopelsa, é importante ressaltar isso, no governo Luiz Henrique da Silveira, foram construídos dez novos teatros em Santa Catarina, ou seja, mais de um teatro por ano. Não existe, no Brasil, nenhum estado que nos últimos anos tenha construído dez novos equipamentos culturais.

Além disso, ajudamos a reformar quatro grandes teatros no estado. Cito, como exemplo, o Teatro Carlos Gomes, de Blumenau, que é um dos mais antigos e um dos mais expressivos teatros de Santa Catarina, cujas obras contaram com a parceria do governo do estado.

No oeste foram feitos quatro teatros novos: em Chapecó, em Concórdia, em Piratuba e em Joaçaba. Além disso, Jaraguá do Sul, Araranguá e Pomerode tiveram a construção de novos teatros ou a reforma de seus teatros, tornando realmente expressivos, deputada Angela Albino, os investimentos na área cultural de Santa Catarina.

Outro fato que gostaria de salientar,

dentro da nova estrutura na área cultural da Fundação Catarinense de Cultura, é que depois de 30 anos foi realizado um concurso público. Hoje, há 50 novos servidores trabalhando na Fundação Catarinense de Cultura e também na secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, para, juntamente com os servidores mais experientes, dar conta de avançar na cultura e propiciar bons espetáculos ao povo deste estado.

Importante ressaltar a valorização dada aos servidores da secretaria e da Fundação Catarinense de Cultura, tanto aos ativos quanto aos inativos, que há muitos anos não tinham reajuste salarial. Assim, além do aumento básico dado pelo governo aos servidores, conseguimos estender a gratificação de 60%, que será integralizada nos próximos dias, no sentido de valorizar, em forma de remuneração, os bons servidores daquela área.

Por fim, quero ainda dizer que tramita na Casa um projeto de lei de nossa autoria, que deverá ser amplamente discutido. Refiro-me ao Edital Elizabete Anderle, que é, talvez, a maneira mais importante de darmos transparência, de avançarmos na questão democrática da distribuição dos recursos do Fundo Cultural.

Antes de encerrar, quero prestar os meus cumprimentos ao presidente da Fundação Catarinense de Cultura, Joceli de Souza, a todos os seus diretores, servidores, e, especialmente, ao secretário Cesar Souza Júnior, por terem dado prioridade e sequência à reforma do CIC.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 160, de 05 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0351/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR à servidora **ROSEVALDA CORREIA**, matrícula nº 1580, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-43, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 21 de março de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 161, de 05 de abril de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0313/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA voluntária por tempo de contribuição, à servidora **INES AMORIM DA MOTA**, matrícula n.º 0726, no cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, assegurando-lhe, por força do artigo 2º da Emenda Constitucional 47, de 2005, combinado com o artigo 7º da Emenda Constitucional 41, de 2003, proventos integrais e paridade.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1768ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, às onze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1768ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovadas a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0926/10, de Augusto Cesar Ferreira; Processo nº 0413/11, de Simone Schramm e o Ofício nº 095/2011/OE de 22/03/2011, Interessado: Desembargador Trindade dos Santos - Presidente Tribunal de Justiça de Santa Catarina "Intimação (ficha financeira da impetrante Mirian Pereira de Andrade) relativas à pensão especial". 2) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0375/11, de Valter Euclides Damasco; Processo nº 0382/11, de Marcelo Domingues; Processo nº 0351/11, de Rosevalda Correa e a Consulta - Ofício CL nº 072/2011 - 28/03/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade e do Contrato - XX Feira Nacional da Cebola - FEXPONACE, em Ituporanga/SC". 3) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0313/11, de Inês Amorim da Mota e a Consulta - Ofício CL nº 075/2011 - 29/03/2011 Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 022/2006-00, com a Empresa ECOEFICIÊNCIA". 4) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0399/11, de Scheyla Gonçalves da Silva e o Processo nº 0402/11, de Luiz Roberto Silveira. 5) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, retirado de pauta pelo Senhor Presidente a Consulta - Ofício CL nº 067/2011 - 21/03/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Contrato nº 015/2011-00, com a Empresa CONSESC & Nacional Elevadores Ltda. e a ALESC" e do mesmo relator deu conhecimento ao parecer exarado ao MEMO nº 0068/2011 de 22/03/2011 - Ofício nº 1.564/R, de 15/03/2001 - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.479 - Requerente: Confederação Nacional da Indústria, Requeridos: Governador do Estado e a ALESC. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia seis (06) de abril. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 4 de abril de 2011.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e onze, sob a presidência do senhor deputado José Milton Scheffer, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da primeira reunião ordinária da Comissão, que contou com a presença da senhora deputada Angela Albino e dos senhores deputados Jorge Teixeira, Carlos Chiodini e Adilor Guglielmi. O senhor presidente cumprimentou os presentes e colocou em votação a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, deixou livre a palavra à senhora e senhores deputados para discussão e votação do cargo de vice-presidente da Comissão. Dando prosseguimento, os senhores deputados presentes deixaram livre a escolha para o cargo, sendo eleita por unanimidade a senhora deputada Angela Albino. Ato contínuo, o senhor presidente colocou em discussão o requerimento dos senhores deputados Joares Ponticelli e Darci de Matos solicitando, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Política Rural, uma audiência pública para discutir "a situação dos fumicultores do Estado de Santa Catarina". O requerimento já havia sido discutido na reunião da Comissão de Agricultura, sendo aprovado por unanimidade, assim

como também por esta Comissão, sendo marcada a audiência para dia 14 de março de 2011, às 14 horas, no Plenário desta Casa. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião, da qual eu, Elenice Martins Ferreira Ramos, chefe de secretaria, lavrei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado José Milton Scheffer

Presidente

*** X X X ***

DESPACHO

DESPACHO

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, no exercício de suas atribuições e competências regimentais e legais, a propósito da concorrência pública em curso no âmbito da ALESC, levada a efeito por intermédio do Edital de Concorrência CL nº 001/2009, para a "ampliação e reformulação física do Palácio Barriga-Verde com a construção do Anexo Legislativo Sul, com área total prevista de 11.608,02 m²", considerando que:

1. O processo licitatório em questão foi posto 'sub judice' em razão do Mandado de Segurança nº 2010.000312-4, da Capital, pendendo a decisão judicial de trânsito em julgado em face de recurso em trâmite no Superior Tribunal de Justiça - STJ, fato que recomendou seu sobrestamento em respeito à prudência diante do pronunciamento judicial que pudesse sobrevir;

2. O transcurso de significativo lapso temporal - nele incluído o início de nova legislatura e o advento de nova Administração da ALESC - sem que tivesse havido uma decisão definitiva dessa ação mandamental, ensejou a necessidade de nova orientação administrativa visando atender as necessidades de alocação dos gabinetes parlamentares, situação que foi resolvida com a realização das obras de "contratação de empresa especializada para executar serviços de reambientação e adaptação dos gabinetes dos deputados, incluindo o fornecimento de mão de obra qualificada e todos os materiais necessários, conforme detalhes em projetos que deverão ser retirados junto à Coordenadoria de Serviços Técnicos da ALESC", conforme previsto no Edital de Pregão CL nº 0060/2010; e,

3. As obras preconizadas no Edital de Pregão nº 0060/2010, ora em curso, terão o condão de dar efetiva satisfação às necessidades da ALESC relativas à instalação dos gabinetes parlamentares, não mais se justificando a realização da obra idealizada no Edital de Concorrência CL nº 001/2009,

RESOLVE, com fundamento no disposto no art. 49 da Lei nº 8.666/93, na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal - STF e nas considerações acima aduzidas, **REVOGAR** a licitação realizada por intermédio do Edital de Concorrência CL nº 001/2009.

De acordo com o art. 5º, LV, da Constituição Federal e o art. 49, § 3º da Lei nº 8.666/93, fica assegurado às licitantes o contraditório e a ampla defesa no prazo legal.

Publique-se e intime-se.

Palácio Barriga-Verde, em 4 de abril de 2011.

Deputado Gelson Merisio

Presidente da ALESC

*** X X X ***

EDITAL

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER LEGISLATIVO DE SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente da Associação dos Funcionários Inativos e Pensionistas do Poder Legislativo de SC - Afipollesc, no uso de suas atribuições de acordo com o Art. 15, do Estatuto da Afipollesc, convoca todos os associados para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 10 de maio de 2011 (Terça-feira), tendo como local o Restaurante dos Deputados, 4º andar da Assembleia Legislativa do Estado de SC, Situada à Rua Jorge Luiz Fontes nº 310 das 14h30min às 17h00min horas em primeira convocação com a presença de no mínimo 2/3 dos associados, em segunda chamada com a metade mais um e, em terceira chamada com qualquer número de associados, fixado o espaço de quinze minutos entre uma e outra convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Apresentação da prestação de contas da Afipolesc do exercício de 2010;
 - Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.
- Florianópolis, 05 de abril de 2011.

Lezir Maria Carpes
Presidente da AFIPOLESC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL AFIPOLESC

A Presidente da Associação dos Funcionários Inativos e Pensionistas do Poder Legislativo de SC - **AFIPOLESC**, conforme preconiza o Capítulo IV do Estatuto da entidade, convoca os associados para **ELEIÇÃO DA DIRETORIA** da AFIPOLESC, conforme Art. 30 do Estatuto, a realizar-se, no Restaurante dos Deputados 4º andar, situada à Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 da Assembléia Legislativa de Santa Catarina no **dia 10 de maio de 2011 das 14h:30min às 17h**.

De conformidade com o Art. 29 do Estatuto da AFIPOLESC, o prazo para registro de chapas é com antecedência de no mínimo (10) dez dias da data da eleição, poderá se candidatar associados que tiver (1) um ano de contribuição, a contar do **dia 11 de abril de 2011**, e encerrar-se-á no **dia 20 de abril de 2011**, às 18h.

A Secretaria da AFIPOLESC estará recebendo as inscrições das chapas no período determinado (**11 a 20 de abril de 2011**), das 14h00min às 17h00min.

Florianópolis, 05 de abril de 2011.

Lezir Maria Carpes
Presidente da AFIPOLESC

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 047/2011

REFERENTE: Inexigibilidade n.º 009/2011 celebrado em 04/04/2011.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Exponace (Fundação Promotora de exposições, feiras, eventos turísticos, culturais e esportivos de Ituporanga.)

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico com metragem de 24,00 x 9,60 para instalação de Stand, TV da ALESC, Rádio e sistema jornalístico, incluindo 20 ingressos/credenciais para o acesso livre, na XX Feira Nacional da Cebola que acontecerá no município de Ituporanga no período de 06 a 10 de abril de 2011.

- fixação de *banner* institucional;
- cessão de espaço físico para instalação de estande;
- utilização de símbolo/logomarca institucional;
- divulgação e distribuição de material institucional.

PRAZO: 06/04 a 11/04/2011.

VALOR GLOBAL: 30.000,00 (trinta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0016/2011.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 04 de março de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 048/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 018/2011, celebrado em 05/04/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Casa das Coberturas Indústrias e Comércio Ltda.Me

OBJETO: Recuperação do telhado metálico do Anexo Epitácio Bittencourt, com área de 2.300 m² (dois mil e trezentos), incluso o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra qualificada.

VALOR GLOBAL: R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Lei 10.520/02; Pregão Presencial nº 002/2011;

Autorização para Processo Licitatório n.º 0007/2011- LIC, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 05 de abril de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC.

Carlos Gomes- Sócio

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 048/11

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INTERMUNICIPAL DE BOMBEIROS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, GUARUJÁ DO SUL E PRINCESA-SC

São José do Cedro - SC, 23 de março de 2011.

Ofício nº 001/ACIBSJCSP/2011

Excelentíssimo Senhor

GELSON MERISIO

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências prevista na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação Comunitária de Bombeiros de São José do Cedro, Guarujá do Sul e Princesa, CNPJ 02.196.232/0001-92, com endereço para correspondência na Rua Irmã Ludovica, nº 1234, Bairro São Cristovão, São José do Cedro - SC, sendo que a entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 12.805 de 16 dezembro de 2003.

Pede Deferimento,

RUDIMAR MARIN

Presidente da Associação Comunitária

Intermunicipal de Bombeiros de São José do Cedro,

Guarujá do Sul e Princesa

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 049/11

SOCIEDADE PAVILHÃO DA CARIDADE

CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL MARIA OFÉLIA GUIMARÃES

OF. 39/11

Joinville, 29 de março de 2011.

Excelentíssimas Senhores,

À

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - SC

Com os nossos cordiais cumprimentos servimo-nos do presente para apresentá-los o Relatório de Atividades de nossas Instituições relativo ao ano de 2010.

Segue em apenso, o Balanço de Receitas e Despesas referente ao mesmo período.

Sem mais para o momento, agradecemos, elevando os nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente.

Evelise Cristiane Pinheiro Roecker

Coordenadora Geral

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 050/11

INSTITUTO AMAR

DECLARAÇÃO

Joinville, 29 de março de 2011

Declaramos para os devidos fins que entregamos à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina os seguintes documemntos:

1. Relatório de Atividades de 2010;
2. Plano de Ação de 2011;
3. Relatório Fionanceiro de 2010;
4. Cópias dos Documentos da Instituição.

Atenciosamente,

Jandira Colussi Riva

Presidente Instituto Amar

Gestão 2009/2010

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 051/11

Sociedade Espírita de Joinville
Joinville/SC., 15 de Março de 2011

À
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Prezados Senhores:

Estamos encaminhando, em anexo, o Demonstrativo das Receitas e Despesas da **Sociedade Espírita de Joinville**, bem como o relatórios dos serviços prestados à comunidade no decorrer do ano de 2010. Colocamo-nos à disposição de Vª. Sas., para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Cordialmente
Alberto Ferreira
Presidente
Lido no Expediente
Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 052/11**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**

São Carlos, 23 de março de 2011

ILMA SRA.

DUDA

M.Dª. CHEFE DE SECRETARIA DA COMISSÃO DE DIREITOS DA ALESC

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

FLORIANÓPOLIS-SC

Ilustríssima Senhora,

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO CARLOS, atendendo a solicitação feita através de e-mail enviada pela Federação das APAEs de Santa Catarina, encaminhada a Vossa Senhoria para apreciação, aprovação e manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual os seguintes documentos:

- Relatório de Atividades realizadas no ano de 2010, Plano de Atividades para o ano de 2011, Atestado de Funcionamento, Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoa Jurídicas, Balancete contábil entre outros.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos e enviamos saudações apaeanas.

Atenciosamente,

Joarez Bedin
Presidente - APAE São Carlos

Lido no Expediente
Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 053/11

Comunidade Terapeutica

Joinville,/SC, 25 de março de 2011

OFÍCIO Nº 019/2011

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Coordenadoria de Prestação de Contas

Florianópolis/SC

A ASSOCIAÇÃO ESSÊNCIA DE VIDA, entidades sem fins lucrativos, localizada nesta cidade de Joinville/SC., na Av. Getúlio Vargas, nº. 500 - Galeria Oscar - Bairro Anita Garibaldi, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.140.139/0001-32 mantenedora da comunidade Terapeutica Essência de Vida, encaminha em anexo os documentos necessários para prestação de contas do anos 2010.

- Relatório Circunstanciado de Atividades 2010;

- Balanço Patrimonial 2010;

- Notas Explicativas e demonstração de Mutação do Patrimônio;

- Demonstrativo de Resultados do Exercício 2010;

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Neiva Maria Bellan Westrupp

CPF-561.186.009-53

Presidenta

Roseli Ap. Consolaro Nabozny

CPF-566.755.269-87

Coordenadoria Tec. Administrativa

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 054/11**ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE ITAPIRANGA**

ACBCI OF. Nº 001/2011

Itapiranga, 28 de março de 2011.

Excelentíssimo Senhor

GELSON MERISIO

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Bombeiros Comunitários de Itapiranga, CNPJ 03.238.248/0001-83, com endereço para correspondência na Rua Soldado Elo, 01 - Jardim Bela Vista - Itapiranga/SC, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 12.746 de 19 de novembro de 2003.

Pede Deferimento,

ANGELO ALTAIR DA ENCARNAÇÃO

Presidente da Associação dos Bombeiros

Comunitários de Itapiranga

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 055/11**HOSPITAL SANTA CLARA**

SOCIEDADE BENEFICENTE DOM DANIEL HOSTIN

Ofício nº 012-2011 ADM

Otaçílio Costa, 16 de Março de 2011.

At.: Setor de Expediente - sala 14

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Palácio Barriga Verde - Rua Jorge Luz Fontes, 310 - Florianópolis - SC

88010-905

Prezados Senhores(a)

Vimos através desta, encaminhar Relatório Circunstanciado, Registro atualizado e Declaração de funcionamento do Hospital Santa Clara de Otaçílio Costa, entidade filantrópica, referente ao ano de 2010 para manutenção do título de Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente,

Ciro Clementino Zambonato

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 056/11**APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

Ofício nº 08/2011

Jacinto Machado, 25 de março de 2011.

V. Exª

GELSON MERISIO

Pres. Assembleia Legislativa

Florianópolis/SC

V. Exª Deputado

Através do presente, encaminhar o disposto na Lei nº 15.125, de 19/01/2010 o relatório circunstanciado das Atividades desenvolvidas no exercício de 2010, pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jacinto Machado, bem como cópia do relatório contábil, também do mesmo exercício.

Atenciosamente,

Maria Terezinha Marcon Zanatta

Presidente da APAE

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 057/11**APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

Ofício nº 7/2011

Turvo, 23 de Março de 2011

ILMO SR:

Deputado Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis SC

Ilustríssimo Senhor:

Estamos encaminhando à Assembleia Legislativa de SC, a prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual da APAE de Turvo SC, referente ao ano de 2010, conforme o disposto no art. 1º da Lei 15.125.

Atenciosamente,

Maria das Graças P. Damo

Presidente da APAE de Turvo

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 058/11

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TIMBÓ E REGIÃO
OF. Nº 001/ABCTR/2011 Timbó, 24 de março de 2011
Excelentíssimo Senhor

GELSON MERISIO

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Timbó e Região, CNPJ 04.489.857/0001-78, com endereço para correspondência na Rua Massaranduba, 240 Quintino - Timbó-SC

Pede deferimento,

ADRIANO JOSÉ DA SILVA

Presidente da Associação de Bombeiros
Comunitários de Timbó e Região

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 059/11

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIRO COMUNITÁRIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, BARRAÇÃO E BOM JESUS DO SUL

Of. nº 001/2011 Dionísio Cerqueira, 25 de Março de 2011.

ILMO Sr. **GELSON MERISIO**

Deputado Estadual

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo senhor,

Atendendo às exigências previstas na lei Estadual nº 15.125/2010, seguem documentos para manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiro Comunitário de Dionísio Cerqueira, Barracão e Bom Jesus do Sul, CNPJ 03 986 800/0001-11, com endereço para correspondência na Rua D. Pedro I, nº 60, Centro, Diosnísio Cerqueira-SC, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 12.808 de 16 de Dezembro de 2003.

GILBERTO ROQUE MATIELLO

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 060/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Mantenedora da Escola Especial "Profª. Irene De Bastiani"

Ofício nº 05/11

Ilmo Sr:

Deputado GELSON MERISIO

DD. Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis, SC.

Salto Veloso, 14 de março de 2011

Prezado Deputado:

Com cordiais cumprimentos, estamos remetendo documentação para manutenção do título de utilidade pública estadual da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais deste município.

Sendo o que apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição e reiteramos protestos de estima e apreço

Atenciosamente,

Mauro Massoco

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 061/11

APAE

Papanduva - SC

OFÍCIO Nº 31/2011

PAPANDUVA, 29 DE MARÇO DE 2011.

ILMO. SENHOR

GELSON MERISIO

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PALACIO BARRIGA VERDE

FLORIANÓPOLIS-SC

PREZADO SENHOR,

VIMOS POR MEIO DESTA, ENCAMINHAR OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A MANUTENÇÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, A REFERIDA DOCUMENTAÇÃO ENCONTRA-SE EM ANEXO:

• RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO ANTERIOR;

• ATESTADO DE FUNCIONAMENTO ATUALIZADO, FORNECIDO POR TRÊS AUTORIDADES MUNICIPAIS;

• CERTIDÃO ATUALIZADA DO REGISTRO DA ENTIDADE NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS;

• BALANCETE CONTÁBIL.

SENDO O QUE TÍNHAMOS PARA O MOMENTO, ENVIAMOS VOTOS DE ELEVADA ESTIMA E CONSIDERAÇÃO.

ATENCIOSAMENTE,

MARILZA MALIKOSKI DOS SANTOS

DIRETORA DA E.E. RAI0 DE SOL - APAE

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 062/11

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TAIÓ - SC

RELATÓRIO DE

ATIVIDADES ANO

2010

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TAIÓ - SC

ABCT OF. Nº 0001/2011 Taió, 28de março de 2011

Excelentíssimo Senhor

GELSON MERISIO

Deputado Estadual

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo as exigencias previstas na lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos para fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitarios de Taió, CNPJ: 09.070.319/0001-70, com endereço para correspondencia na Avenida: Nereu Ramos, 609 — Centro — Taió/SC, entidade está declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de nº 13.321 de 20 de janeiro de 2005

Pede Deferimento

PAULO SERGIO ALVISE

Presidente da Associação de Bombeiros

Comunitários de Taió

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 063/11

CENTRO EDUCACIONAL E CRECHE "CONDE MODESTO LEAL"

ENTIDADE EDUCACIONAL E FILANTRÓPICA

Ofício nº 015/2011

Joinville, 30 de Março de 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Att. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Ref.: **ENCAMINHA RELATÓRIO DE ATIVIDADES/2010**

Cumprimentando-os cordialmente, estamos através do presente encaminhando a V.Sª, o **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2010**, bem como os respectivos Balancetes Financeiros e demais documentos que se fazem necessários.

Cordialmente,

BERNARDO KUERTEN

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/11

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO

Florianópolis, 31 de março de 2011

Ofício SCA-GABS nº 313/2011

Excelentíssimo Senhor

Deputado GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde - Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310

88020-900 - Florianópolis - Santa Catarina

Senhor Presidente,

De ordem do senhor Governador, dirijo-me a Vossa Excelência para formalizar apresentação dos nomes dos senhores Deputados Elizeu Mattos e Jean Kuhlmann, respectivamente, como Líder e Vice-Líder do Governo nesse Parlamento.

Atenciosamente,
ANTÔNIO CERON

Secretário de Estado

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

*** X X X ***

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

GABINETE DA DEPUTADA ANGELA ALBINO

Florianópolis, 31 de março de 2011

Ofício nº 119/2011

Exmo Sr.

Deputado Estadual Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho comunicar à V.Exa., a criação da Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Cultura. O objetivo é reunir representantes do poder público, agremiações civis, pesquisadores e empresas para debater a formulação de políticas públicas voltadas à democratização, aprimoramento, produção, gerenciamento e o acesso à cultura em Santa Catarina.

Destarte, anexo documento com a composição da referida Frente Parlamentar.

Nada mais, reitero protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ANGELA ALBINO

Deputada Estadual - PC do B

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/11

Constitui a **Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Cultura** no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, integrada por representantes do poder público e da sociedade civil organizada.

JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento histórico de Santa Catarina, decorrente do povoamento vicentista, açóricio-madeirense, africano e posteriormente de pequenos produtores de origem européia (italianos, alemães, austríacos, poloneses, gregos, etc.) nos vales atlânticos e porção Oeste de seu território, conformou um mosaico cultural *sui generis* em termos de Brasil.

Todavia, a efetiva elaboração de políticas públicas, sobretudo participativas, voltadas ao segmento cultural de nossa unidade da federação, continua a enfrentar grandes entraves.

O acesso a eventos direcionados à divulgação da cultura popular e erudita pelos segmentos sociais desprivilegiados continua restrito. A rica produção de nossos valorosos artistas regionais, nem sempre reconhecidas pelo poder público, necessita maior suporte. O gerenciamento do patrimônio histórico e dos equipamentos de cultura por vezes ignora os desígnios da população.

O objetivo da **Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Cultura** é reunir representantes do poder público, agremiações civis, pesquisadores e empresas para discutir propostas voltadas a resolução destes e outros problemas que acossam Santa Catarina, democratizando e aprimorando a produção, o gerenciamento e o acesso à cultura.

INTEGRANTES:

Deputada Estadual Ana Paula Lima

Deputada Estadual Angela Albino

Deputado Estadual Kennedy Nunes

Deputada Estadual Luciane Carminatti

Deputado Estadual Marcos Vieira

Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera

Deputado Estadual Sargento Amauri Soares

Florianópolis, 30 de março de 2011.

ANGELA ALBINO

Deputada Estadual - Líder da Bancada do PC do B

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 099/11

Declara de utilidade pública a Sociedade Lageana de Assistência Aristeu Rodolfo - SOLAR ESPÍRITA, com sede no município de Lages.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Lageana de Assistência Aristeu Rodolfo - SOLAR ESPÍRITA, com sede no município de Lages.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei n.º 15.125/10;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados a comunidade, conforme se pode aferir através da documentação acostada ao presente.

Destaca-se que a entidade possui como finalidades a prática da caridade, a promoção de atividades culturais, sociais e culturais, bem como o desenvolvimento de estudos e atividades científicas, filosóficas e religiosas.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 100/11

Autoriza a redução da carga horária de servidor público estadual que possua filho portador de necessidades especiais e dá outras providências.

Art. 1º. Fica assegurada ao Servidor Público Estadual da Administração Direta e Indireta, que seja ascendente de 1º grau de pessoa portadora de necessidades especiais e que esteja sob sua guarda, a redução de duas horas do seu expediente diário, sem que haja desconto equivalente em vencimentos.

§ 1º A garantia estabelecida no *caput* somente será concedida ao servidor público estadual efetivo ou comissionado que cumprir jornada de trabalho de oito horas diárias.

§ 2º Considera-se para efeitos desta Lei, conforme Decreto Federal nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004:

I - pessoa portadora de deficiência, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e

II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Art. 2º. Na hipótese em que ambos os pais sejam servidores públicos estaduais, a redução prevista no *caput* do artigo 1º desta lei, será assegurada somente a um deles, mediante livre escolha, facultada, porém, a alternância entre um e outro, desde que periódica.

Art. 3º. Para se fazer jus ao benefício desta Lei, o servidor deverá apresentar requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

I - Laudo médico fornecido por profissional, aprovado pela perícia médica do Estado;

II - Certidão de Nascimento, atualizada, do filho (a) portador (a) de necessidade especial.

Parágrafo único. A autorização do benefício desta Lei poderá ser concedido forma permanente ou temporária conforme laudo e decisão do profissional competente.

Art. 4º. O ato da redução de carga horária deverá ser renovado periodicamente, não podendo sua validade se estender por mais de noventa dias, nos casos de necessidades temporárias e, por mais de um ano, nos casos de necessidades permanentes.

Parágrafo único. A redução da carga horária cessará quando findo o motivo que a tenha determinado.

Art. 5º. A redução da carga horária será considerada como de efetivo exercício para todos os fins e efeitos legais.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 05/04/11

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende garantir aos Servidores Públicos Estaduais, tanto da Administração Direta, quanto da Indireta, que tenham filhos ou filhas com necessidades especiais, uma redução diária de duas horas na sua carga horária de trabalho, beneficiando-o com uma maior disponibilidade de tempo para se dedicar a este dependente.

Esta proposta envolve uma ação governamental imprescindível ao pleno exercício dos direitos fundamentais por parte da pessoa portadora de necessidades especiais, bem como à sua plena integração no contexto socioeconômico, conforme prescreve a Lei Federal 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e alterações posteriores.

Um filho portador de necessidades especiais exige dos pais dedicação integral e especial. São frequentes e constantes as consultas médicas e sessões de fisioterapia.

É evidente, e cientificamente comprovado, que os tratamentos médicos, psicológicos e fisioterápicos do deficiente têm resultados bem melhores se forem acompanhados de perto por seus familiares.

Segundo o IBGE, Censo 2009, no Brasil existem cerca de 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população.

Respeitar os direitos básicos da pessoa com deficiência é simples. Não são necessários bilhões de reais de investimento, nem inovações tecnológicas difíceis de alcançar, nem grandes obras e nem mesmo reformas profundas. É preciso vencer a barreira do preconceito e do desconhecimento. Além do mais é dever do Estado garantir às pessoas com deficiência seus direitos básicos de cidadania.

Certos da grande importância da matéria, no conjunto de normas de proteção aos portadores de necessidades especiais, visto que apresentará inestimável suporte para o atendimento minimamente requerido por essas pessoas, motivo pelo qual se empenha na defesa desta causa.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 101/11

Proíbe transferências voluntárias de recursos financeiros do Estado, aos municípios que concedam permissão para loteamentos em áreas consideradas de risco.

Art. 1º Ficam proibidas as transferências voluntárias de recursos financeiros do Estado aos municípios que concedam permissão para edificação ou implantação de loteamentos em áreas consideradas de risco pela Defesa Civil, remanescendo os critérios e impedimentos já previstos no Decreto nº 307, de 4 de junho de 2003, e suas alterações, ou em regulamento que venha a substituí-lo.

Parágrafo único. Ficam mantidas as exceções previstas no § 2º do art. 3º do referido Decreto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Dado Chereim

Lido no Expediente
Sessão de 05/04/11

JUSTIFICATIVA

A legislação estadual dispõe de normas que regulamentam as transferências voluntárias de recursos financeiros, e tais dispositivos foram instituídos pelo Decreto nº 307, de 4 de junho de 2003 e suas alterações.

No que diz respeito às proibições para que ocorram as transferências voluntárias de recursos financeiros, o Regulamento deixa claro que o Estado fica proibido de firmar convênios com convenientes que estejam em situação de débito, mora, inadimplência ou de irregularidade ou, ainda, de realizar transferências dos recursos financeiros aos convenientes que não apresentarem a prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos no prazo previsto no Decreto, que não tiverem, por qualquer motivo, a sua prestação de contas aprovada pelo concedente e não tiverem procedido à devolução de recursos financeiros, equipamentos, veículos e máquinas cedidos pelo Estado.

Ficam excluídos da proibição os convênios relacionados ao atendimento de adolescentes autores de atos infracionais, à municipalização das atividades nas áreas do ensino, da saúde e da defesa civil, o Programa A Primeira Chance, os Conselhos Comunitários e Abrigos e as transferências de recursos financeiros, pelos diversos órgãos e entidades do Estado, para os Fundos Municipais de Assistência Social e os municípios que tenham decretado Situação de Emergência homologada pelo Governador do Estado ou de Calamidade Pública reconhecida pela Assembleia Legislativa.

Apesar de regulamentada por Decreto do Poder Executivo, entendo que a apresentação de projeto de lei de iniciativa legislativa não vulnera qualquer preceito constitucional, jurídico ou legal, vista a autorização constitucional dada pelo art. 39 da Constituição Estadual que deixa claro:

Art. 39. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

Postas estas considerações, entendo que é necessária a apresentação do presente projeto de lei visto que é dever deste Parlamento atender ao interesse público que, no caso, é a preservação de vidas e a economia do Estado.

Trago assim à apreciação dos nobres Pares este projeto de lei que entendo ser relevante para a sociedade catarinense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 102/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 67

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Estabelece a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para operações internas e interestaduais de saída do pinhão em estado natural".

Florianópolis, 01 de abril de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 047/2011

Florianópolis, 29 de março de 2011

Excelentíssimo Senhor

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Florianópolis/SC

Senhor governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de projeto de lei, que concede isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado de Santa Catarina - ICMS às operações de saída de pinhão em estado natural.

2. A isenção do imposto beneficia os colhedores de pinhão da região serrana de Santa Catarina, em geral pessoas que extraem o pinhão juntamente com familiares, para quem o fruto do pinheiro é alimento e também fonte de recursos para sua subsistência. Respeitosamente,

UBIRATAN SIMÕES REZENDE

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 102.6/2011

Estabelece a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para operações internas e interestaduais de saída do pinhão em estado natural.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS as operações internas e interestaduais de saída do pinhão em estado natural

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 103/11

Institui o Dia Estadual do Assistente de Educação.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Assistente de Educação a ser comemorado anualmente no dia 10 de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

JUSTIFICATIVA

Criado a partir do Projeto de Lei Complementar nº 287, de 10 de março de 2005, o cargo de Assistente de Educação veio substituir, em caráter efetivo, o cargo de Responsável por Secretaria Escolar (Secretário de Escola), que ocorria a partir da designação de um professor atuante em sala de aula.

O primeiro concurso de acesso para Assistente de Educação foi realizado no ano de 2005, sendo que a primeira chamada para nomeação aconteceu no mês de janeiro de 2006.

O Assistente de Educação é o responsável pela Secretaria da Escola e por todos os procedimentos ali realizados. Matrículas, transferência de alunos, censo escolar, arquivamento e emissão de documentos, gerenciamento de Recursos Humanos, telefonista e atendente de público são algumas das inúmeras tarefas cumpridas todos os dias por esses profissionais da Educação. A categoria busca uma permanente otimização das práticas de trabalho que a função exige.

Mesmo sendo um cargo relativamente novo dentro do Magistério Público Estadual, a categoria dos Assistentes de Educação vem conquistando um espaço no cenário da Educação Catarinense, pautados nos princípios da ética e da legalidade.

Com o passar dos anos, os Assistentes de Educação, assim como todos os profissionais, também sentiram a necessidade de uma data cultural onde possam ser lembrados e homenageados.

Apesar de a função que desempenham nas Unidades Escolares do Estado corresponder à de um Secretário, além da função desse profissional existem várias outras que são peculiares aos Assistentes de Educação.

Também em razão da nomenclatura do cargo ter mudado, muitas escolas deixavam passar em branco a importância desses profissionais, que não eram homenageados como Secretários (30 de setembro) e nem como Professores (15 de outubro), visto que a formação dos Assistentes de Educação é a mesma de um Professor, apenas atua na área Administrativa da Escola.

Em enquete realizada na página dos Assistentes de Educação na web (www.assistentesdeeducacao.net), 74,7% dos Assistentes de Educação votaram pela data de 10 de março - dia em que foi sancionada a Lei que criou o cargo de Assistente de Educação.

Pelo discorrido e pelo que representam os Assistentes de Educação, é que proponho a criação do Dia Estadual do Assistente de Educação, a ser comemorado sempre no dia 10 de março.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 104/11

Assegura aos travestis e transexuais a identificação pelo nome social em documentos de prestação de serviços quando atendidas nos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, Indireta, autarquias, fundações e nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Os transexuais e travestis têm direito à identificação por meio do nome social, quando do preenchimento de fichas de cadastro, formulários, prontuários, registros escolares e documentos congêneres, para atendimento de serviços prestados por qualquer órgão da Administração Pública Estadual Direta, Indireta, autarquias, fundações e nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Entende-se por nome social a forma pela qual os transexuais e travestis se reconhecem, são identificados, reconhecidos e denominados por sua comunidade e em sua inserção social.

§ 2º Os servidores públicos deverão tratar a pessoa pelo nome social indicado, que constará dos atos escritos.

§ 3º Nos documentos de que trata o art. 1º deverá ser colocado, em primeiro lugar e em destaque, o nome social do transexual e travesti e logo abaixo a identificação civil.

Art. 2º O nome social será adotado pela Administração Pública Estadual Direta, Indireta, autarquias, fundações e as escolas públicas do Estado de Santa Catarina a pedido das pessoas maiores de 18 anos, ou do responsável quando for de interesse do menor.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado, indicando o órgão responsável pelo cadastro de transexuais e travestis que emitirá documento de identificação do nome social.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jorge Teixeira

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/11

JUSTIFICATIVA

Entendemos que o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento do Estado Democrático de Direito, assegura o pleno respeito às pessoas, independentemente de sua identidade e gênero.

É objetivo da República Federativa do Brasil a constituição de uma sociedade justa e que promova o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, sendo a igualdade, a liberdade e a autonomia individual princípios constitucionais que orientam a atuação do Estado e impõem

a realização de políticas públicas destinadas à promoção da cidadania e respeito às diferenças humanas, incluídas as diferenças sexuais.

Os direitos da diversidade sexual constituem direitos humanos de travestis e transexuais, entre outros, e a sua proteção requer ações efetivas no sentido de assegurar o pleno exercício da cidadania e a integral inclusão social dessa população.

Toda pessoa tem direito ao tratamento correspondente ao seu gênero; e considerando que transexuais e travestis possuem identidade de gênero distinta do sexo biológico, o nome social é necessário para evitar que continuem a passar por constrangimentos com graves repercussões, seja de caráter psicológico, seja no relacionamento com a sociedade.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 105/11

Dispõe sobre a implantação de Política de Atenção Integral aos Portadores da Doença de Parkinson e dá outras providências.

Art. 1º Cabe ao Poder Executivo a implantação da Política de Atenção Integral aos Portadores da Doença de Parkinson, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 2º A política a que se refere o art. 1º abrangerá as seguintes diretrizes:

I - os cuidados com as manifestações clínicas e outros sintomas relativos à doença de Parkinson;

II - formas de tratamento da doença, tais como, fisioterapia, terapia fonoaudiológica e atendimento psicológico;

III - garantia de participação e envolvimento dos familiares e da sociedade civil organizada na definição e controle das ações e serviços de saúde aos portadores da doença;

IV - desenvolvimento de instrumentos de informação, análise, avaliação e controle por parte dos serviços de saúde, abertos a participação da sociedade.

IV - desenvolvimento de instrumentos de informação, análise, avaliação e controle por parte dos serviços de saúde, abertos a participação da sociedade.

Parágrafo único. Os tratamentos elencados neste artigo serão custeados, pelo Poder Público, sendo obrigatório o fornecimento da medicação mínima necessária para não limitar a qualidade de vida do portador dessa doença.

Art. 3º - A direção do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito estadual, garantirá o fornecimento de medicamentos, além das demais formas de tratamento, conforme o especificado no art. 2º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/11

Justificativa

A doença de Parkinson é uma doença do sistema nervoso central que acomete principalmente o sistema motor, e uma das condições neurológicas mais freqüentes e sua causa permanente ainda desconhecida.

Estatísticas disponíveis revelam que a prevalência da doença de Parkinson na população é de 100 a 150 casos por cada 100.000 habitantes. Acontece que, com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, esse percentual tem sofrido considerável aumento, já que a doença se revela a partir dos 60 anos.

O Brasil segue uma tendência mundial de envelhecimento da população, resultado da combinação do aumento da expectativa de vida com a queda da natalidade. As estimativas são de que 2020 haverá 30 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no Brasil.

Com esse aumento vertiginoso de nossa população de idosos, e por ser essa doença do tipo degenerativo, cuja característica é o acometido de pessoas em idade avançada, é importante que o Estado dê assistência a essa parcela da população. Se tratado e mantido sob supervisão médica, o paciente tem condições de manter uma vida estável e com qualidade.

Por esta razão, as implantações de uma Política de atenção Integral aos Portadores da Doença de Parkinson é fundamental, inclusive, com a participação de profissionais da neurologia especializados, para que, tão logo os primeiros sintomas apareçam, o tratamento seja iniciado e não venha a ser confundido com outro tipo de patologia.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 106/11

Determina a inclusão da carne de peixe na Alimentação Escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica inclusa a carne de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O produto a que se refere o caput deste artigo, é exclusivo para pescados industrializados.

Art. 2º O Conselho Estadual de Alimentação Escolar adotará as medidas necessárias para o atendimento ao disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/11

JUSTIFICATIVA

Dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), numa pesquisa encomendada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, indicam que Santa Catarina teve crescimento de 62% na produção total de pescados entre 1995 a 2004. De 92.160,0 toneladas, o Estado passou a produzir 148.915 toneladas por ano, a maior da Região Sul, e só ficando atrás, individualmente, do Estado do Pará, que coloca no mercado 153.806,0 toneladas anuais.

A participação dos catarinenses na pesca brasileira é, portanto, muito expressiva. No entanto, o consumo do peixe em Santa Catarina ainda é dos mais baixos do país. Enquanto a média nacional é de 8 quilos per capita/ano, no Estado a base alimentar da população não privilegia o peixe nas regiões mais distantes do litoral. Assim, a média nas áreas onde a produção de peixe é pequena, não passa de 4 quilos per capita/ano, de acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo não apenas aumentar o consumo de peixe em Santa Catarina, pelo simples fato de produzimos muito e comeremos pouco. Mas especialmente pelas qualidades proteicas do peixe, pretendendo atingir a população estudantil através de merenda escolar.

Com isso, estaremos incentivando a geração de emprego e renda, de um lado, estimulando a produção familiar no sistema de água doce nas áreas distantes do litoral e beneficiando a infância catarinense.

Os peixes são ricos em proteína, fontes de vitaminas (A, D e B) e minerais (como o cálcio, fósforo e iodo). Têm teor de gordura reduzido e nessas predominam as do tipo poliinsaturada, diferentemente das carnes vermelhas, as quais contêm uma alta proporção de gordura saturada, que podem causar problemas cardíacos se consumidos em quantidade.

De posse destes dados, o Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA vem instituído políticas e diretrizes para o próximo período com o intuito de ampliar significativamente a inclusão regular do pescado na alimentação escolar, agregando valor nutricional, aumentando a produção, melhorando a qualidade de vida e dinamizando as economias locais.

As ferramentas para que este processo se concretize vão desde articulações interministeriais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) até mecanismos próprios como é o caso da aquisição e cessão de "Kits Despoldadeira" para entidades de 09 municípios no país (Mundo Novo/MS, São José do Ribamar/MA, Caucaia/CE, Palmas/TO, Itanhaém/SP, Linhares/ES, Morada Nova/MG, Gravataí/RS e Concórdia/SC).

Destaca-se que um dos principais entraves para oferta regular de pescado na alimentação escolar é o processamento do produto visando, principalmente, a eliminação de espinhas que podem oferecer algum tipo de risco para as crianças.

Desta forma os Kits citados têm o objetivo de beneficiar o produto transformando-o em uma "massa de carne" que as merendeiras vão poder ofertá-las nas mais variadas formas.

A seleção destas entidades foi feita por meio de um Edital de Chamada Pública onde, como pré-requisito básico, há o compromisso formal das Prefeituras Municipais em adquirir o pescado processado para alimentação escolar por meio da Lei 11.947/2009, especificamente artigo 14. Esta ação combinada beneficiará nutricionalmente as crianças consumidoras e os pequenos agricultores e suas organizações.

Os Kits possuem capacidade de processamento de 150/Kg/Hora e estão em fase de entrega pelo MPA com a perspectiva de estarem todos em pleno funcionamento até o fim do primeiro semestre de 2011.

Por essas qualidades nutritivas, aqui referidas brevemente, o peixe inserido na dieta infantil é recomendação unânime de médicos e nutricionistas. A introdução do peixe no cardápio de crianças e adolescentes contribui para o desenvolvimento saudável e integral, auxilia na formação do sistema nervoso e segundo recomendações de especialistas, deveriam ser consumidos ao menos duas vezes por semana.

Diante da importância nutricional do peixe e da disponibilidade de pescados no Estado é que contamos com apoio dos parlamentares desta Casa para a aprovação do presente projeto, baseados ainda numa experiência que demonstra o quanto as crianças

aprovam o peixe na merenda escolar. No município de Timbó, região do Vale do Itajaí, uma experiência da Secretaria Municipal de Educação ao implantar o peixe na merenda de 15 unidades pré-escolares, verificou a expressiva aceitabilidade desse alimento: 88,57%.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 013/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n. 486/2011-GP Florianópolis, 28 de março de 2011.

Exmo Sr.

GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

NESTA

Assunto: **Projeto de Lei PLC - PA n. 203549-2004.9 - Criação de novos cargos de Oficial de Justiça e Avaliador**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa, Projeto de Lei que "Cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado de CD com o respectivo Projeto e justificativa.

Atenciosamente

Trindade dos Santos
PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0013.1/2011

Cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados e incluídos no Anexo I da Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993, os cargos mencionados no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,
Raimundo Colombo
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

ANEXO ÚNICO

GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

CARGO	NÍVEIS	REFERÊNCIAS	QUANTIDADE
Oficial de Justiça e Avaliador	10-12	A-J	100

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei Complementar tem por finalidade a criação de cargos efetivos de Oficial de Justiça e Avaliador no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, em face do aumento da demanda na Justiça de Primeiro Grau, além da criação de novas Unidades Jurisdicionais.

*** X X X ***

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 004/11

Institui o "Premio Catarinense de Educação".

Art. 1º Fica instituído, o "Premio Catarinense de Educação" devendo o Poder legislativo prestar homenagem a personalidades que foram destaques na área de Educação no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Entende-se como Destaques, professores, educadores, instituições de ensino e projetos educativos que se destacaram por uma idéia original, iniciativa ou resultado alcançado.

Art. 3º Cada Deputado na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, apresentará 01 destaque, onde em sessão especial na data de 28 de Abril de cada ano, será entregue uma placa comemorativa como "Premio Catarinense de Educação".

Art. 4º Caberá ao Poder Legislativo Catarinense, organizar, receber a indicação prévia de cada Deputado Estadual, bem como a confecção das placas comemorativas.

Art.5 Os órgãos de comunicação pública do Estado de Santa Catarina, deverão reservar espaço e tempo para a publicação e a

divulgação alusiva à sessão especial da Assembleia Legislativa referente as homenagens prestadas, como forma de incentivo a novos projetos educacionais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

JUSTIFICATIVA

O objetivo principal deste Projeto de Resolução, é estimular e valorizar o Professor, Educador, e as mais variadas instituições de ensino a realizarem projetos educativos que visam uma idéia original, iniciativas relevantes ou resultados muito positivos alcançados na área da educação catarinense.

Entendemos que estimular e valorizar, é fazer com que todos os envolvidos no sistema de educação do Estado de Santa Catarina, desenvolvam projetos e aplicando e conseguindo resultados positivos.

Desta forma, pretendemos despertar no Estado de Santa Catarina, a necessidade da implementação de ações de cunho educacional, voltado principalmente para novas idéias e novos projetos, visando a construção de uma sociedade ainda melhor.

No contexto formal do pleito, firmou-se inicialmente o propósito de incluir tal proposição na Resolução 0009/2006, onde consolida as resoluções que dispõe sobre as honorarias instituídas pela Assembleia Legislativa, **mas não é do interesse deste parlamentar.**

Ocorre que este evento aconteceria na data de 28 de Abril de cada ano, dia em que se comemora o "Dia da Educação". Neste evento, oportunizaria a todos os Deputados Estaduais, indicar pessoas ou instituições que se destacaram no âmbito da educação em sua respectiva região.

Feito semelhante é a homenagem da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que será realizada no dia 13 de Abril próximo, onde em sessão especial em homenagem ao centenário de nascimento de Aderbal Ramos da Silva. Nesta ocasião será lançado o Troféu com o nome do ex-governador pela Federação Catarinense de Futebol.

Assim sendo, não vislumbramos conflito da proposição em relação à Resolução nº 0009/2006, onde trata de honorarias instituídas pela Assembleia Legislativa. O objetivo do Projeto de Resolução encaminhado por este parlamentar, tem objetivo específico de fomentar na data que se comemora o dia da Educação, atitudes que contribuem com o crescimento e valorização da educação e cultura de nosso Estado.

Nestes termos, solicita-se análise e parecer.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/11

Altera o art. 1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

Art. 1º O art.1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, fica redefinido para R\$ 350,23 (trezentos e cinquenta reais e vinte e três centavos)."
(NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa, observados o relatório de gestão fiscal, o limite prudencial e as vedações do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2011.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 007, 10 de novembro de 2010.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 05/04/11

JUSTIFICATIVA

A Mesa da Assembleia Legislativa submete à apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Resolução, com a finalidade de recompor o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, referente ao quarto quadrimestre de 2010, tendo em vista a necessidade de complementar a revisão anual expressa no § 4º do art. 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, de acordo com a negociação com o Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa, suscitada no ofício nº 003, de 14 de fevereiro de 2011, da Diretoria daquela entidade (cópia em anexo).

Para elaboração do presente Projeto de Resolução foram observados:

1 - o vigente valor do referencial de vencimento fixado em R\$ 335,57 (trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), pela Resolução nº 007, de 10 de novembro de 2010 (cópia em anexo);

2 - recomposição da perda inflacionária do valor referencial de vencimento referente aos meses de setembro a dezembro de 2010, em índice de 4,37% (IGP-M), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (doc. anexo); e

3 - implementação do novo valor referencial de vencimento observa a disponibilidade orçamentária, o limite prudencial e o relatório de gestão fiscal da Assembleia Legislativa.

A proposição está instruída com os seguintes documentos, ora anexados: (I) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e (II) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 274/2010

Altera Lei nº 10.739, de 1988, que declara de utilidade pública o Consórcio Regional de Saúde do Hospital Lenoir Vargas Ferreira, de Chapecó.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.739, de 07 de maio de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, de Chapecó.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, com sede no Município de Chapecó.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 05 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 011/2011

Dá nova redação à alínea "s" do art. 3º da Lei nº 5.867, de 1981, que dispõe sobre a concessão pelo Estado de subvenções sociais às instituições de caráter privado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A alínea "s" do art. 3º da Lei nº 5.867, de 27 de abril de 1981, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º

s) difusão cultural, incluídos os Centros de Tradição Gaúcha - CTGs;

..... "(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 05 de abril de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº

PL/0011./2011

O Projeto de Lei nº PL/0011.4/2011 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº PL/0011.4/2011

Dá nova redação à alínea "s" do art. 3º da Lei nº 5.867, de 27 de abril de 1981, que

dispõe sobre a concessão pelo Estado de subvenções sociais às instituições de caráter privado e dá outras providências.

Art. 1º A alínea "s" do art. 3º da Lei nº 5.867, de 27 de abril de 1981, passa a ter a seguinte redação:

'Art. 3º [...]

s) difusão cultural incluídos os Centros de Tradição Gaúcha - CTGs;" (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Dado Cherem

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 30/03/11

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 31/03/11

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 022/2011

Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a doar imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, matriculado sob o nº 12.614, à fl. 01, no livro nº 2 do Registro Geral do Registro de Imóveis do 3º Ofício de Lages, ao Município de Otacílio Costa.

Parágrafo único. O imóvel do Estado referido neste artigo constitui-se de um terreno situado no Município de Otacílio Costa, com área superficial de 2.000 m² (dois mil metros quadrados), situado na Rua Clementino Zambonato, esquina formada com a Rua nº 238, Cidade de Otacílio Costa, Estado de Santa Catarina, que possui as seguintes confrontações: ao NORTE, na extensão de 40 m (quarenta metros), com terreno da Associação dos Veteranos de Igaras, na linha de fundos; ao SUL, na extensão de 40 m (quarenta metros), com a Rua Clementino Zambonato, na linha de frente; ao LESTE, na extensão de 50 m (cinquenta metros), com terreno da Associação dos Veteranos de Igaras, na linha lateral esquerda; e ao OESTE, na extensão de 50 m (cinquenta metros), com a Rua nº 238, na linha lateral direita. Sobre este imóvel foi edificada uma construção em alvenaria medindo 414,55 m² (quatrocentos e quatorze metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados).

Art. 2º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem, por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de março de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 003, de de abril de 2011

Altera o art. 1º da Resolução nº 008, de 2009, que redefine o valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O valor referencial de vencimento dos servidores do Poder Legislativo, fixado no art. 1º, *caput*, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, fica redefinido para R\$ 350,23 (trezentos e cinquenta reais e vinte e três centavos)." (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa, observados o relatório de gestão fiscal, o limite prudencial e as vedações do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2011.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 007, de 10 de novembro de 2010.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 06 de abril de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***